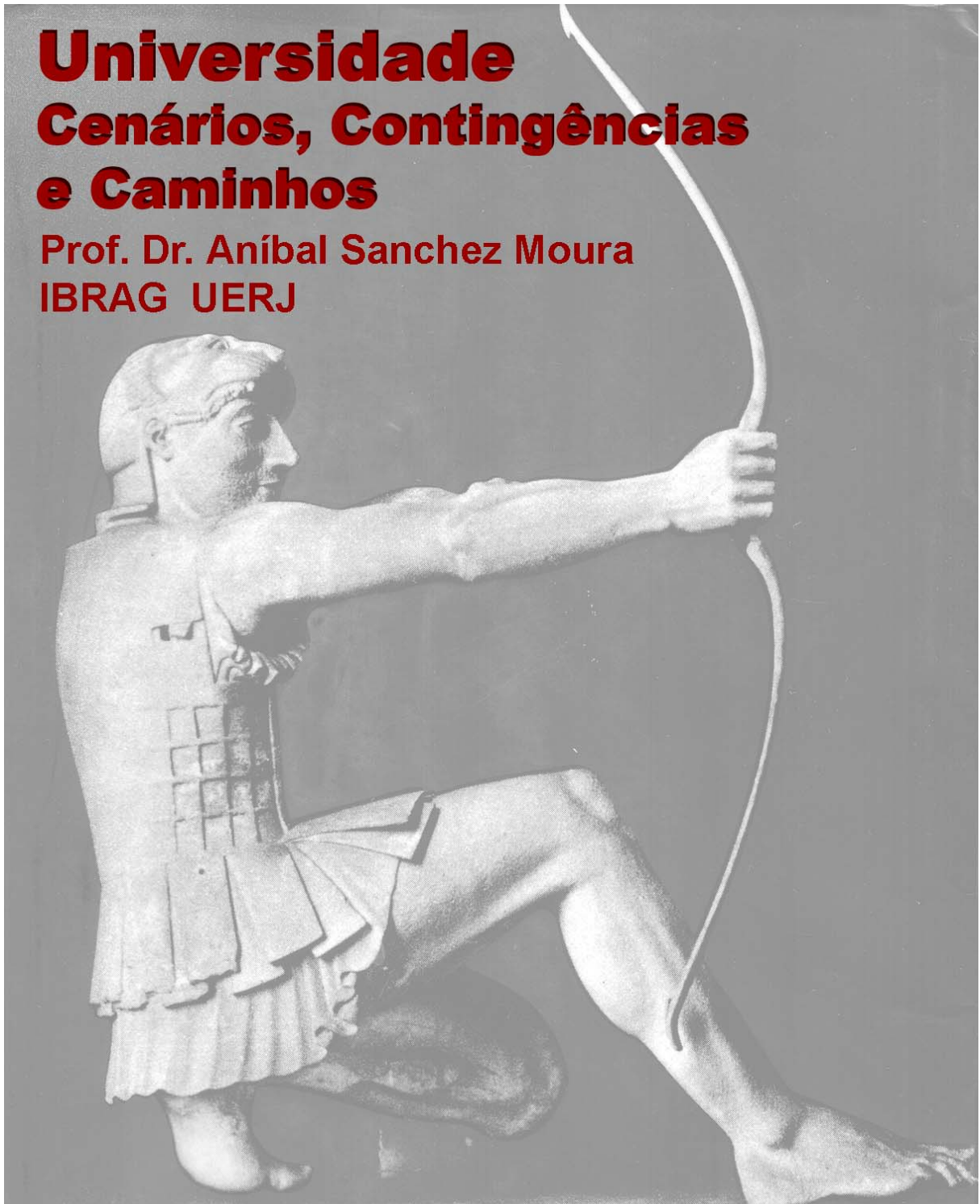


# **Universidade Cenários, Contingências e Caminhos**

**Prof. Dr. Aníbal Sanchez Moura  
IBRAG UERJ**



O presente texto tem como escopo levar aos colegas um conjunto de idéias que, quem sabe, permitam repensar a Universidade. Um pouco longo e talvez mesmo repetitivo é ainda um rascunho. Na verdade o texto é uma coleção de idéias que precisam ser cortadas, substituídas, ampliadas e transformadas em política por um ato coletivo. A este ato eu convido os colegas.

O texto está dividido em três partes. Em Cenários faço uma breve análise de conjuntura, em Contingências o nosso envolvimento com a Universidade e Caminhos sugere algumas saídas. O texto procura fluir próximo ao nosso interesse maior que é a Universidade, porém, às vezes escapa. Espero, entretanto, que as suas fugas venham a ser compreendidas ao final da leitura.

## ***Cenários***

Antes de tentar percorrer um pouco o mundo ou cenários que nos cercam gostaria de brevemente e presunçosamente descrever quem imagino que somos. Poderia dizer sem abrir margem à polêmica que somos trabalhadores públicos pagos pela sociedade com a missão de realizar ensino superior, preservar e gerar conhecimento e cultura, assim como, estabelecer serviços e produzir bens voltados ao bem estar da população. Além de um grupo com determinada função social, somos também indivíduos com diferentes paixões que se identificam com outros com quem compartilhamos tais paixões dentro e fora da Universidade. Ou seja, encontramos nossas sínteses numa sociedade de múltiplas faces. Somos, portanto, diferentes e iguais e nos encontramos, queiramos ou não, numa mesma instituição. O nosso espaço público dificilmente possui uma compartimentalizada interioridade ou exterioridade, e quando tais compartimentos surgem aparecem como coerção e farsa. Respeitar, portanto a necessária integração entre as nossas diferenças (nosso estar no mundo) e nossas identidades (estar com o outro - idéia), no contexto de nossa atividade pública, é contribuir para a construção de nossa cidadania.

Respeitando as diferenças, creio que o nosso olhar sobre a Universidade se divide em diferentes tipos. Há os olhares mais pessimistas que na percepção do

caráter revolucionário da educação e da produção científica só admitem a ação autônoma (não como *modus operandi* de sua atividade, porém como mecanismo de defesa) e crítica, para os quais a Universidade é inexoravelmente vista como de oposição. Baseiam-se em exemplos históricos e mitificações românticas que contribuem para a redução da atividade da Universidade substituindo-a por um subjetivismo heróico inoperante. Há os que vêem na Universidade funções públicas definidas, que independentemente do seu papel crítico, devem ser cumpridas. Abandonam a crítica, ligam-se a princípios, aproximam-se dos primeiros em sua visão ou falta de visão do mundo e transformam a Universidade em mais uma de suas presas políticas. Estes não gostam de conversa nem de redes de comunicação. Há também os iluminados que imaginam, ignorando a instituição, uma autonomia individual que possa desprezar a vizinhança. São críticos, barulhentos, porém dado o solipsismo que os movem, não conseguem transformarem-se em seres políticos. E há ainda aqueles que não vislumbram nenhum papel para a Universidade além daquele que é garantir o seu emprego.

É inegável que mesmo com diferente capacidade e poder social, tais olhares se distinguem pela forma como expressam as suas existências na sociabilidade. A primeira possui forte capacidade de se articular na forma oral e escrita e conseguiu transformar-se em cultura e demonstração de “produtividade universitária”, a segunda se expressa na prática diária de militância administrativa, caracteriza-se pela prepotência e cooptação desintelectualizada. Exercem um cotidiano marcado por fisiologismo e obsessão pelo poder. Dirigem a Universidade buscando o passado. A terceira, por motivos óbvios, não pretende encontrar a sua expressão social.

Existe ainda um outro olhar, o daqueles ainda sem expressão política, dos que crêem na necessidade de integração da Universidade com a realidade social política e econômica de forma crítica e propositiva. Esse último olhar emerge nos últimos tempos e procura hoje abrir caminhos, afastar fantasmas ideológicos, armadilhas administrativas e transformar-se em política. Creio que

este olhar deve no futuro próximo magnetizar as suas vizinhanças e com ele me identifico.

Existem evidentemente formas híbridas de olhar a Universidade. Variam conforme varia a nossa existência em diferentes circunstâncias e fluxos históricos. A nossa presença no interior de instituições com baixa capacidade de geração de canais de expressão nos obrigam a identidades nem sempre reais e, portanto, pouco reflexivas e determinadas por perímetros ideológicos impostos. É, entretanto, importante colocar como tarefa algumas reflexões mesmo que estas possuam uma profundidade questionável. A primeira reflexão surge com a insatisfação com essa situação e para compreendê-la talvez tenhamos que nos dirigir ao entendimento do meio em que vivemos além dos instrumentos colocados de convencimento. Tipo: administro porque tenho passado de administrador ou vou administrar porque sou amigo de alguém do ministério ou do governo federal ou estadual. Ou seja, o conjunto de relações de poder é triangulado e independem, por exemplo, da inteligência. O divórcio existente entre os administradores das universidades e os setores produtores de conhecimento e educação é tão grande e tão lastimável que não me perdoaria se não relatasse recente acontecimento ocorrido durante debate para reitor em conhecida universidade pública. Durante o debate uma professora, pesquisadora com mais de trinta anos de trabalho em formação de estudantes e geração de conhecimento perguntou aos três candidatos quantas horas de aula haviam dado e/ou quantos trabalhos aqueles senhores haviam publicado nos últimos cinco anos. Um deles informou que estava cedido a um organismo federal e, portanto, não havia dado aula, outro que militava no sindicato e não tinha tido tempo de lecionar e último disse, absolutamente sem vergonha, que participava da atual administração e que aula e pesquisa não eram as principais atividades da Universidade e ele se considerava um “administrative warrior” (sic). O “administrative warrior” ganhou a eleição. A professora por sua vez voltou ao seu laboratório provavelmente silenciosa vestida de sua insignificância. Ela não era uma “warrior”.

Difícil esgotar a origem das diferentes vias políticas por nós adotadas e, portanto, de relações no interior da Universidade. Pode-se, entretanto, sem

presunções maiores, penetrar a realidade averiguando experiência nos arredores da nossa sociabilidade, no caso particular da Universidade, reoxigenizando a discussão sobre esse mesmo meio social cuja essencialidade reflexiva deva ser iniciada pelo não reconhecimento da apropriação por qualquer grupo social que seja de acesso exclusivo à “natureza” da Universidade. Enfim, situarmo-nos em nossa história desprezando histórias e farsas de sempre-oposições instituídas cuja importância identifica-se de forma inequívoca com a prepotência e cerco.

Também para cumprir tal roteiro é necessário afastar o fantasma gerado pelo discurso das limitações, ou seja, ter em mente que qualquer proposta que surja dessa reflexão não pode ser contra argumentada por existência de limitações intransponíveis. Tais limitações existentes pertencem a sistemas que queremos superar e, como veremos no conjunto do texto, contrariando uma elementar lógica fenomenológica de alguns, as limitações não se constituem em epifenômenos de sistemas, porém fazem parte do mesmo. Como exemplo, a nossa pele além de ser limite de nosso corpo, não se distingue desse como pensavam os inocentes homéricos, é parte dele. Ou seja, caso queiramos modificar a Universidade, nossos limites deverão ser obrigatoriamente outros.

Desta forma seria de pouco valor estabelecer opções entre as posições políticas instituídas. Tal política basicamente discursiva volta-se para o passado. Não possuem capacidade de operação no presente-futuro e detém oscilações que se retro alimentam entre a oposição religiosa e a também religiosa esperança de uma mão política que entenda, resolva os nossos problemas e nos unifique num “Gloria in excelsis Deo Et in terra pax hominibus bonae voluntatis”. Ou seja, a polarização entre tais posições existente em nossa sociabilidade imediata não se constituem em novidades enquanto forma de poder. Tiveram por diferentes vias as oportunidades e o convívio com circunstâncias favoráveis e fracassaram. É, portanto, um equívoco opor-se construindo uma nova “natureza” para as Universidades sem que antes se discuta a “natureza” das instituições na sociedade moderna. Creio que o caminho mais razoável de construção de um eixo positivo de discussão passa, no caso da Universidade, pela reflexão de sua viabilidade no mundo real, ou seja, não como algo justificável no advir, porém

como reivindicante de participação de um mundo que a cada momento deixa de ser nosso.

Para iniciar o debate devemos tentar responder algumas perguntas. Por exemplo, caso tenhamos como consenso o objetivo de ver a Universidade inserida no mundo real, possuindo efetiva capacidade de responder com altivez às questões colocadas pela modernidade poderíamos inicialmente perguntar: de que forma, como adequação e destino, poder-se-ia transformar em plenitude de exercício acadêmico a capacidade de inserir-se no desenvolvimento cultural-econômico-social no século XXI? E, antecedendo a essa pergunta, talvez uma ainda mais importante: o que seria o desenvolvimento contemporâneo ou modernidade?

É crítico o conceito de modernidade e desenvolvimento. É, entretanto, consensual que cabe nas suas referencias o estabelecimento de seu conteúdo. Ou seja, de forma bem elementar pergunta-se: desenvolvimento para quem? Modernidade-desenvolvimento possui um caráter de transferência, isto é, de subordinação. Há os que associam ao processo uma perversa dialética na qual o movimento em direção ao futuro, numa sociedade de classes, ocorreria inevitavelmente à exploração de uma classe sobre a outra. Nesta, a historia deveria ser negada através de processos revolucionários. E a partir da socialização dos meios de produção haveria a integração na geração de riquezas da justiça (natural). É evidente que a negação dos processos de desenvolvimento, justificado em sua perspectiva de justiça (natural), impedem políticas socialmente imanentes em direção ao futuro. O desenvolvimento só é possível após a revolução. Em outras palavras, a defesa daquilo que consideram proprietários, por exemplo, o futuro de uma classe trabalhadora conciliada com a justiça no devir e os espaços publico que elas conquistaram, por exemplo, um campus universitário, determina políticas reacionárias e imobilistas que se arrastam no interior de cercos institucionais. Enquanto a revolução não ocorre esses senhores descansam em algum parque de diversão guardado pelo jovem Hegel.

A modernidade é contraditória e se esconde. Se, de um lado gera resistência determinando a incapacidade de alguns moverem-se no presente, também gera outros indivíduos cujos olhares plasmam sobre um universo de bens deificados. Perplexos, participam de uma nova realidade que tem uma dinâmica que se instaura e se finaliza a cada segundo. Observam silenciosos, indivíduos, valores, culturas se entrecruzarem, multiplicarem-se e se anularem, rediferenciando-se em distintos patamares. Como sustentação deste processo desvela-se a capacidade da tecnologia de transformar bens de consumo nos quais funcionalidade e perenidade se fundem em um mesmo objeto.

Na modernidade, enfim, reestrutura-se o tempo, assim como a relação tempo-espço. Exclusão e inclusão sociais, concentração e pulverização de riquezas não são fatores permanente e facilmente identificáveis. Não há, enfim, uma topografia das contradições. Em um mesmo país, em uma mesma cidade ou mesmo numa mesma instituição entrecruzam-se expressões multifacetadas da modernidade que envelhecem e reivindicam uma revisão do conceito de história. Não há lugar para as compreensões românticas de exterioridade. A potência da modernidade não se inscreve em suas referências materiais e sim na sua própria dinâmica e na sua capacidade de (in)comunicabilidade. Pouco possui de destino. A dinâmica da modernidade não se realiza prospectivamente, ela não é simplesmente horizontal em termos temporais. É vertical e horizontal e quanto mais vertical (tempo independente) maior a capacidade de impor-se na hierarquia social. Talvez os chineses tenham entendido melhor que todos nós essa dinâmica ao mostrarem ao mundo que o poder de um exército de milhões de soldados pode ser substituído por alguns segundos de sugestão do Comitê Central na política econômica dos pais. Enfim, a modernidade ao transferir os ritmos de existência e polaridade da natureza aos bens de consumo (incluindo os culturais) através de rigoroso processo de alienação, subverte as lógicas fundadas em esquemas referenciais históricos ideologizados.

Na realidade, ao não operarmos reflexivamente na modernidade resta-nos a principal característica do segundo tipo que somos ou que temos como vizinhos: o olhar perplexo. Longe de ter a presunção e a competência para esgotar o assunto sobre os traços da modernidade, as linhas acima tentam mostrar que o

conceito de modernidade possui características, importância e vitalidade que necessitam ser pensadas num ambiente não banalizador ou dogmático. Talvez a Universidade.

A primeira pergunta direcionada a nossa capacidade de se inserir no desenvolvimento cultural-econômico-social no século XXI é decorrente de uma opção que considero essencial, ou seja, a do envolvimento da Universidade nos vetores constituintes do desenvolvimento real da humanidade e do reconhecimento da potência da produção do conhecimento em sua exterioridade.

Para responder tal pergunta devemos nos permitir algumas observações sobre manifestações econômico-político-culturais da modernidade. É evidente que para tal tarefa deveríamos levar consideração detalhada análise de conjuntura regional, nacional, internacional e as recíprocas integrações entre tais análises. Acrescenta-se ainda que dessas análises devesse surgir, numa perspectiva de operacionalização da globalidade, a nossa presença nos diferentes microcosmos redesenhados. Como método tais premissas continuam válidas. Entretanto, como a maior parte das análises de conjuntura, é obrigada a reconhecer suas limitações e optar, como quase sempre ocorre, por um recorte da realidade. Assim, opto por apreciar um cenário que, considero, será central nas próximas décadas, ou seja, a nossa inserção na economia e política do continente.

A tentativa de uma visão continental (absolutamente distante do pensamento universitário instituído) surge também de minha visão de que a exigência pela presença de Universidades Modernas será uma demanda também continental nas próximas décadas. Tal perspectiva não abandona peculiaridades locais e nacionais, porém a coloca na construção de um espaço geopolítico, o qual acredita que deverá se apresentar como síntese e demanda. Também não desprezamos o fato de que ao propomos uma Universidade Moderna e integrada às múltiplas expressões de sociedade, tal inserção não se dê numa

sociedade de classes e interesses distintos, de antagonismos entre setor público e privado, de determinações do capital e da forte capacidade deste em interferir na dinâmica social, econômica e cultural. Para a análise em proposição, entretanto, alguns cuidados se fazem necessários. De um lado, temos que ter o cuidado para não sermos vítimas da oposição futuro perfeito-presente imperfeito, gerada pelo idealismo romântico fundador de nossa cultura acadêmica recente. E, de outro lado, insisto, recusar a banalização da modernidade.

Desta forma é necessário estabelecer alguns pontos considerados centrais para este tipo de análise. Por exemplo, ao falar em sociedade real é difícil deixar de observar que o conjunto de contradições na atualidade associa-se a consolidação da hegemonia do capitalismo. Sabemos e presenciamos o fato de que tal hegemonia, por um lado expressa força-unidade e por outro contradição-partição e que essas se expressam em suas dinâmicas sociais compondo o real. Também sabemos que a oposição criada por suas contradições não se reflete nas formas tradicionais de oposição, não são mais os sindicatos ou mesmo os partidos representantes de interesses “genuínos” de uma classe social. Os indivíduos e/ou grupos sociais buscam e encontram as suas identidades em outros canais de expressão. Agrupa-se em um conjunto diferenciado de reivindicações que vão do uso do corpo de forma livre até contra a transposição do Rio São Francisco. Não se trata, como pensam alguns, de um conjunto de reivindicações que num crescente se juntarão numa só grande marcha e permitirão a derrubada do capitalismo. O positivismo ingênuo desta perspectiva não detecta que as oposições (ou rebeldias) são também marcadas pela marca da modernidade no comportamento individual. Ou seja, nada é considerado permanente e a perenidade do ato humano-social também se encontra multifacetado. Hoje estou lutando pelo direito de caminhar em calçadas, amanhã por direitos trabalhistas e depois de amanhã não estou lutando por nada. Desta forma, a pulverização objetiva das lutas sociais indica por um lado uma facilidade de administração da hegemonia econômica. Tal dinâmica abre, entretanto, no mundo das relações sociais, demandas dirigidas a redefinições nas percepções de justiça e de direitos no correr do cotidiano. Ou seja, as perspectivas de macro oposições de classe sociais já não se realizam na modernidade. Podemos dizer, caso algum marco histórico seja necessário, que

diferente da percepção radical das contradições de décadas atrás, o capitalismo renovado, após a crise e derrubada política do socialismo real no Leste Europeu e União Soviética, fica imposto à sociedade um outro tipo de sociabilidade. Nesta nova sociabilidade um conjunto de identidades antes não percebidas começa a se constituir e aparecer na tela real de intersubjetividades. Os controles políticos dos sistemas hegemônicos conhecem a dinâmica da sociedade e reforçam em seus potenciais opositores através da estimulação de seus equívocos políticos. Por exemplo, nas universidades, quando se coloca em suas administrações forças reacionárias vazias de perspectiva política que se esmeram em imaginar que a realidade se esgota na sua capacidade regulatória de comportamentos. Ou, por exemplo, quando se consegue manter um Conselho Universitário que passa uma década sem conseguir expressar qual o sentido de sua existência na comunidade multifacetada que “representa”, pode-se dizer que fica facilitada a hegemonia política de alguns interesses no interior da modernidade. Na verdade a falta de percepção política desta modernidade associa-se objetivamente a geração industrial de comportamentos, anseios, ciência e fantástico poderio militar, enfim, das diferentes formas e meios de organizar o convencimento global.

Pode-se dizer também que na modernidade o alto poder de diluição da realidade (bens e comportamentos) segue-se ao quase simultâneo reaparecimento renovado de mesmas utilidades, que possuem características globalizadas e mantém suas tensões e contradições fluindo em espaços não mais circunscritos por simples geografias ou por Estados. Ou seja, o Estado e governos perdem com a modernidade a capacidade gerencial sobre a sociedade, principalmente pelo enfraquecimento de seus elos de regulação social, tais como, os sindicatos, as representações políticas e demais instituições da sociedade civil e política. Por exemplo, muito mais do que o neoliberalismo ter representado uma novidade em tempos recentes, ele refletiu uma operação política no qual o redimensionamento do Estado tenta, após ser desqualificado por sua incapacidade, absorver a dinâmica moderna de relações econômicas e criar algum tipo de justificativa na constituição contemporaneidade.

Desta forma, nos tempos modernos as modificações sociais e geopolíticas globais não refletem uma associação direta entre infra e superestruturas. As últimas são na verdade tentativas atrasadas de adequação às primeiras. As instituições, por mais modernas que sejam, são sempre expressões deformadas de reais relações entre indivíduos. Sempre cinza conforme Walter Benjamin ou desconstruções, conforme Derridá. Expressões políticas tais como causas nacionais, étnicas ou religiosas não escapam de encontrarem-se unidas na maior parte das vezes no universo da violência interna e externa que é na verdade o momento negativo da interação entre indivíduo. A expressão da incapacidade das causas políticas transformam-se em convencimento em um processo que não se resolve com a morte e mostra o caráter agonizante da inteligência institucional.

As principais bandeiras presentes em conflitos urbanos, nacionais ou nacionais populares não deixam de expressar a ausência de instituições e vontades voltadas ao acesso ou inclusão às dinâmicas sociais redimensionadas pela modernidade. É neste contexto que se coloca, independentemente do conservadorismo em determinados setores da sociedade, a ampliação objetiva de políticas nacionais globalizadas. Esquemas de projeção histórica tais como a substituição de classe dos proprietários dos meios de produção, desapareceram por incapacidade de observar a sua adequação histórica deixando no vazio movimentos das esquerdas tradicionais. Exemplos nacionais e transnacionais podem ser dados aqui em nosso continente. O Mercosul, por exemplo, se mantém como fórum de discussão geopolítica voltada a distribuição de “mercados”. Mesmo as questões levantadas pela demandas da classe trabalhadora na integração dos países membros foi redefinida e se colocou no campo do direito (interação das leis trabalhistas dos países membros). Ou seja, a clara opção por condições e medidas referenciais na participação de produção com vantagem tecnológica alinha-se mais a uma opção por desfrute do presente do que o advir no qual a justiça tenha se realizado. Isso é, queiramos ou não, discordando ou não, a expressão de que a manutenção e expansão das relações de produção possuem hoje capilaridade e comunicabilidade geográfica e intersubjetiva como ordem de grandeza e reduzida oposição jamais testemunhada pelo homem. E é nessa realidade que estamos envolvidos. Desta

forma podemos dizer que a expansão e reorganização do capitalismo mundial, mesmo em dinâmica oscilante e multiforme, é uma inevitável realidade. Sabemos que na base das enormes transformações geopolíticas que ocorrem principalmente na Ásia e Europa ocorre a reorganização do fluxo, fixação e migração de capital. Tal processo não exclui seu rastro trágico. Contraditório inclui e exclui vastos contingentes populacionais. Cidades são inchadas de riqueza e pobreza e adquirem visibilidade expressa nos desfiles de moda e na barbárie armada nos meios das ruas. No Brasil não estamos distantes disso, a riqueza e a miséria do Rio e Calcutá possuem semelhantes patterns. Em nossas América Latina e África, o processo de inclusão e exclusão a novos bens e tecnologias se dá através da criação e acesso a novos mercados e reestruturação de antigos numa velocidade nunca vista na história. Tal processo, mesmo sendo evidentemente contraditório, é vivo e a sua manutenção e expansão está na dependência da veloz capacidade de formação de conhecimento que se integra e se desfaz na formação de mercadorias. O conhecimento produzido é canalizado diretamente para esta dinâmica, não sendo mais algo extra que algum dia se justificaria e permitiria identificação e consagração de um gênio qualquer. O conhecimento ficou nu e faz parte do metabolismo social. E mais, qualquer tipo de conhecimento entra hoje num rápido processo transformação em “mercadoria”. Por exemplo, é ingênuo imaginar que os conhecimentos transformados em produtos restringem-se aos tecnológicos. Forte investimento mundial persegue fronteiras dos conhecimentos social-políticos. Por exemplo, convertem-se em mercadoria assessorias teóricas sobre a dinâmica caótica de mercados, receptividade popular de variações culturais-artísticas, funk e violência, hábitos de leitura, na mesma dinâmica mercadológica que se assiste ocorrer com a integração da nanotecnologia ao genoma, apontando para eminentes revoluções no serviço de saúde pública e privada.

Desta forma, quando falamos numa Instituição Pública com responsabilidades relacionadas à produção de conhecimento, é necessário permitir que a real contemporaneidade dimensione o que vem a ser conhecimento e a sua produção. Não é a Universidade o principal agente de sua constituição hoje.

Fazemos parte do processo de construção em determinadas área, porém o que se assiste, mesmo em áreas tradicionais tais como a biologia, hoje é a transferência para a iniciativa privada. Há, na verdade, uma redução mundial do investimento público em ciência. O exemplo de plenitude do investimento público dos EUA que muitos gostam de dar não é assim tão verdadeiro. Por exemplo, no país em questão, não é verdade que exista expansão do investimento público em pesquisa. Caso observemos os indicadores do National Science Board Science Indicators – US R&D Source of funds 1953-2002 veremos que de 1988 até 2002 o investimento público e privado igualaram-se em 55 bilhões de dólares ano, entretanto em 2002 aparece uma significativa diferença. A Iniciativa privada investe 180 bilhões dólares contra 68 bilhões de dólares públicos em 2002. Ou seja, ocorreu um incremento de 327% da iniciativa privada e um crescimento de 21,5% do dinheiro público investido. Outros estudos que levam em consideração a desvalorização do dólar, assim como o aumento do custo de produção científica no período demonstram que ocorreu uma redução de investimento público superior a 40%. Um sério problema que surge dessa troca de agentes financiadores é que também o conhecimento deixa de ser público. Grande parte do conhecimento hoje fica preso a um sistema secreto de geração de conhecimento diretamente associado à geração de um produto, cuja competitividade depende da qualidade do conhecimento agregado e de sua exclusividade. As recentes discussões na Europa em relação à propriedade intelectual mostram isso. Mesmo nos EUA o debate sobre a propriedade ou domínio público da seqüência do genoma entre a comunidade científica e o NHI contra a companhia Celera de Craig Venter, mostra a atualidade da discussão sobre o significado da propriedade intelectual. A enorme visibilidade que a questão do genoma assumiu na opinião pública, ou seja, a propriedade sobre o entendimento da codificação molecular da vida, permitiu que a mesma fosse mantida na esfera do direito público. Tal situação, entretanto, não ocorre com a maior parte da produção científica, que mesmo possuindo enorme importância não possui apelo popular. Não se trata somente de apelo popular, a comunidade científica ao criar um imaginário de importância da produção científica pública esquece ou se aliena do fato que na verdade a dinâmica de produção do conhecimento habita hoje a esfera privada.

Alguns analistas, entretanto, mantêm a guerra entre seus desejos pessoais e uma realidade desobediente. A subjetividade analítica permite confusões elementares entre crise conjuntural, que faz parte de seu caminhar, com crises estruturais, nas quais a totalidade se expressa em sua vulnerabilidade essencial. Ao considerarem, por exemplo, a vitória dos democratas nos EUA, a resistência iraquiana, o aumento do preço do petróleo, como expressões de crise estrutural capitalista, fica evidente a deficiência analítica ou oportunismo político-discursivo. De forma substancialmente diferente, o que se observa no mundo, ao contrário de uma crise capitalista, é uma arrumação da totalidade dos países dentro de determinadas vias que procuram abrigar uma complexa interação de novos fatores econômico-sociais e culturais agora globalizados e expressos em realidades políticas peculiares. Ou seja, os países são compelidos a uma adequação à modernidade. A implantação contemporânea de tal espectro cobra por parte de sistema financeiro-comerciais desnacionalizados e operacionalizados em redes, profundas modificações nas organizações políticas tradicionais.

Mesmo quando tomamos como exemplo os governos considerados de esquerda (ou populares) na América Latina, a agenda política que apresentam circunscreve-se a enfrentamentos intercapitalistas (OMC). Nesta linha, mesmo com discurso e práticas políticas diferenciadas de líderes políticos da região na defesa nacionalizações em países latino-americanos, de fato tenta-se alicerçar a criação de matriz energética transnacional. Tais líderes conhecem a inconsistência de uma perspectiva nacionalista para um insumo como energia. Em suas características básicas a energia, tanto na produção, distribuição e uso, nunca se voltou exclusivamente para um destino nacional e a politização de sua comercialização esbarra em políticas contratuais globalmente estabelecidas. Portanto tal perspectiva de soberania latino-americana energética não se entende em si, porém tem em vista a redução dos custos de produção de bens num determinado projeto de América Latina. O que se coloca na verdade é a criação de uma malha industrial e uma inserção vantajosa desses bens nos mercados internos e globalizados e dessa forma a melhoria das condições de vida da população do continente. Países tais como a Argentina, Uruguai, Bolívia,

Peru, Nicarágua e Equador, Chile e México a até a distante Coréia do Norte, que negociou o seu programa nuclear por financiamento de sua base energética, buscam criar uma base de desenvolvimento com alta independência da transferência de insumos para a produção e assim garantir maior agregação de valor nos bens produzidos. Desta forma, mais do que um desastre, parece que a América Latina abre a perspectiva de se introduzir em patamares menos dependentes em processos de ampla convergência de interesses no mundo da produção de bens. Tal perspectiva, por sua vez, deverá permitir a participação de tecnologia criada no continente (por exemplo: institutos de pesquisa, centros de pesquisa da iniciativa privada e universidades) tanto para o desenvolvimento de bens como da superação das contradições próprias deste modelo desenvolvimento. Por exemplo, de que forma enfrentar a natureza contraditória produz no homem-natureza seqüelas extremamente profundas e às vezes definitivas? Por exemplo, como enfrentar a questão do aquecimento global que, além de depender de acordos internacionais com as tecnologias e conhecimentos atuais, custariam US\$350 bilhões por ano, porem dentro de dez anos serão US\$7 trilhões? Ou seja, como demanda imediata inscreve-se o provimento de conhecimentos e tecnologias adaptados às diferentes realidades poluidoras e a ampliação da adoção de práticas produtivas ambientalmente sustentáveis. Tais conhecimentos são também, na prática, inexistentes dentro de realidades econômicas objetivas e seu caminho no processo de constituição e distribuição não está dissociado do mercado, da sociedade e da ação universitária.

É, também, interessante observar a dinâmica política de tal processo. Em termos políticos a maior parte dos países acima passou por diferentes políticas governamentais. Muitas são as razões apontadas como principais para explicar a transição do autoritarismo ao neoliberalismo. Não há duvida, entretanto, que tais modificações no plano macro social indicavam o atraso destes países em relação ao curso moderno da economia no mundo e principalmente de sua critica eficientes na manutenção de processos regulatórios da sociedade (democráticos ou não), assim como, prover ambientes de desenvolvimento.

A prioridade pela redução do tamanho do Estado associada às modificações no campo dos direitos públicos redefinindo a cidadania resultaram contraditórias. Aumentou o endividamento público e fracassou o projeto de incrementar a eficiência administrativa, agora com o cidadão destituído do Estado paternalista que tamponava topicamente situações críticas da cidadania. Ou seja, fracassou o projeto de governo baseado principalmente em referenciais surgidos na política econômica. As razões apontadas para tal fracasso são inúmeras e não cabe aqui uma análise mais profunda da derrota política do projeto. Entretanto, aponta-se como fator determinante a incapacidade do necessário investimento no social como decorrência, entre outras coisas, das pressões exercidas pelo péssimo desenvolvimento da economia mundial neste período que induziu enormes saídas de capital e reduzida capacidade de investimento deixando como marca social desemprego e exclusão social. Nós vivemos tais momentos participando como vítimas da redução de investimento no ensino superior público que representou não somente a redução da nossa capacidade de formação de gente, mas também, caso nos lembremos que a principal estrutura instalada de produção de ciência encontra-se nas universidades, de produção de conhecimento. E, ainda mais sério, na difusão da cultura de oposição sistemática, por exemplo, na comunidade universitária.

Como desdobramento das políticas ditas neoliberais, ocorreu uma alta concentração da energia política dos setores sócias excluídos da econômica e da política. Desta forma, os fenômenos sócio-político-econômicos neoliberais geraram uma crítica radical e popular as suas políticas. As alianças políticas que se formaram absorveram contradições anteriormente consideradas insuperáveis entre si (por exemplo: setores em oposição durante a luta contra o autoritarismo) e em plataforma comum mantiveram políticas econômicas ditas neoliberais em conjunção com o forte compromisso de política públicas de alto alcance. Tais perspectivas programáticas voltaram a criar dentro dos diferentes países, bases reais para inserção destes na economia globalizada. Pode-se, desta forma, afirmar que o produto histórico da rejeição ao formato de neoliberalismo aplicado nestes países é o recente surgimento de uma nova realidade geopolítica para a região. Porém pode-se também afirmar que os

modelos políticos propostos dos diferentes países não abriram mão, mesmo que vivendo as contradições inerentes próprias de suas alianças internas voltadas à sustentação política, a aproximação das demandas da economia globalizada e do curso da modernidade.

Na América Latina foram eleitos governos com imensa base popular e através da confluência das circunstâncias históricas brevemente discutidas anteriormente, foram criadas condições e uma agenda política econômica que, pela primeira vez de forma efetiva, pode ser chamada de uma agenda política unificadora da América Latina. Portanto, por vias não previstas pelas análises e estratégias da esquerda e da direita latino-americana, a América Latina como denominação que reflita uma unidade sócio-econômica-política, começa a constituir-se como uma realidade social e econômica que agora também se encontra em busca de unidade e identidade cultural.

É evidente que não se trata de um processo de unidade de iguais. No novo contexto, a América Latina deverá ter pela frente sérios desafios, porém é inegável que se constitui uma real característica da realidade sua unificação e que a superação de graves problemas históricos está sendo hoje colocada em patamares diplomáticos e comerciais diferenciados e através de olhares anteriormente desconhecido. A pergunta de como associar a inclusão de milhões de cidadãos à economia e as nações às políticas de desenvolvimento modernas é considerada central. O nascedouro da resposta a tais desafios se dá na inserção latino-americana num mundo que também se apresenta desnacionalizado, organizado em blocos e que basicamente possui políticas que alimentam e são alimentadas por demandas da modernidade. Ou seja, as relações econômicas no mundo moderno (ou em modernização) e que provavelmente estão presentes na cabeça das novas lideranças da América Latina, não desprezam a criação de mercados internos, captação de recursos externos e potencializará a dos internos, abrangendo ainda a redução de déficits internos e o aumento de investimento em infra-estrutura. Ao mesmo tempo, políticas de substituição da universalização dos serviços públicos por políticas focadas em específicos públicos fazem parte de estratégias nacionais de

desenvolvimento. Pode-se dizer que o neoliberalismo e sua política em relação ao Estado deixaram rastros contraditórios, equivocados e também traços importantes que nasceram de demandas contemporâneas reais e das condições históricas da inadequação do Estado paternalista anterior. Não se pode, entretanto, desprezar o fato de que algumas de suas iniciativas, pelo caráter inovador que possuíram, limitaram prospectivamente a sua total superação.

Na formação desse espaço latino-americano, observa-se uma série de proposições atrasadas em termos de diplomacia e negociação de interesses. Falta no Brasil, assim como nos países latino-americanos vizinhos na região, tradição diplomática política, visão estratégica de modernização dos Estados, educação descolonizada e voltada para os interesses da região e formação cultural transnacional. Séculos de políticas nacionais voltadas para o Sul retalharam a unidade latino-americana que só agora, talvez não como um filho de beleza desejada, nasce. É como se configura uma nova realidade que necessitará também o trabalho e a integração das universidades da região. É imprescindível um olhar crítico e positivo nessa dinâmica. Situação historicamente semelhante com diferentes nuances teve a Comunidade Européia, que permitiu através de políticas de Estado induzindo o redimensionamento da educação superior e pesquisa, com forte capacidade de inserção, o sucesso desses países em diferentes iniciativas na geração de conhecimento. As Universidades que observaram as modificações geopolíticas e desenvolveram políticas de adequação à nova dinâmica, por exemplo, as européias, surgem hoje como instituições de vanguarda na região e no mundo. O acordo de Bolonha de 1999, que unifica os currículos e diplomação universitária, assim como, a adequação jurídica e principalmente cultural com a “economia do conhecimento”, constituiu-se talvez no mais importante processo de transformação da história das universidades. Ou seja, as demandas induzidas pelas modificações geopolíticas colocaram tais instituições frente à necessidade de resposta à reestruturação de sociedades e direitos, principalmente do papel do Estado em relação à cidadania. Tais instituições reviram suas operações esgotadas no processo educacional auto-centrado e criaram procedimentos educacionais internacionais, assim como redefiniram as suas políticas de financiamento levando em consideração a transformação de conhecimento-

tecnologia e em bens comercializáveis. No campo cultural suas políticas não se esgotaram também em seus interesses primais, por exemplo, a mesma demanda por adaptação e adequação da convivência pacífica entre povos e culturas exigiu e tem tido como política a geração de vias de integrar-se e refletir diferenças às vezes milenares. Diferenças religiosas, históricas, lingüísticas, culturais entre povos e etnias estão na ordem do dia e são recebidas e trabalhadas pela inteligência universitária. A idéia de convivência, adequação e resposta às modificações geopolíticas contemporâneas se constituem, por exemplo, na principal demanda de universidades israelenses e árabes. É deste processo de encontro de contrários culturais que se amplia à consciência sobre a necessidade de transformar em ação institucional o conceito de “tolerância” (Tendências da educação superior para o século XXI: Conferência Mundial sobre o Ensino Superior; anais, Paris, 5-9 out. 1998. UNESCO) que considero central para a positiva compreensão da realidade latino-americana e é também fundamental por ser o único processo que possibilita “janelas de oportunidades” para atividade universitária e que aparecerão no processo de integração latino-americano.

Há um consenso entre as nações envolvidas em projetos de readequação dos processos regulatórios da sociedade tendo em vista a inserção no curso real da economia mundial sobre a necessidade de modificação ou reformas do Estado. Como desafio às novas políticas coloca-se a superação dos Estados paternalistas com diferentes matizes ideológicas. Especificamente em termos de políticas públicas, a demanda por modificações das Universidades e suas adequações à nova realidade na AL, vem junto com as modernas demandas por Reforma dos Estados. Tal premissa não se coloca com grande atualidade no meio teórico. Sabe-se que o enfraquecimento de elos de ligação entre Estado e cidadão, através de instituições como sindicatos ou parlamento, possui dinâmica cada vez mais enfraquecida. Acresce-se a isso que o ingresso desses países da modernidade na rearticulação de criação de meios de identidade (redes), enfraquece o processo real de legitimidade de decisões “Institucionais”. A premência de modificações nas políticas públicas segue, enfim, a crítica de que é fundamental suplantar a idéia de políticas públicas protecionistas ancoradas em destinos nacionais exportadores de matéria prima (ou energia), e importador

de bens com alto valor integrado. Ou seja, a idéia de país dependente não envolto em processos dinâmicos de competitividade. Voltam-se, principalmente para observar a agilidade e custo do Estado, considerando a utilização de bens naturais e sociais como parte de um processo de elevação da qualidade do povo. Ou seja, como forma de alavanca de desenvolvimento, cuja importância se reflete na importância de soberania nacional sobre a exploração dos mesmos. A importância dessas riquezas, colocadas no plano de desenvolvimento estratégicos de cada um desses países, determina também modificações na estrutura política destes Estados. Como corolário, tais modificações por sua vez podem conter maior ou menor radicalização democrática. Independente, entretanto, das vias políticas que os diferentes países da AL estão operando, há consenso que o sucesso da transição em direção a uma sociedade industrial moderna implica na reestruturação do Estado. A instauração deste novo Estado depende, entretanto, da solução da equação que leve em conta a inclusão de amplos setores sociais excluídos da produção nacional de riqueza e o desenvolvimento econômico, ambos atuando de forma equânime. Sabem da dificuldade da solução dessa equação, porém deverão nos próximos anos caminhar nessa direção. Resumidamente poderíamos dizer que mesmo havendo críticas generalizadas às propostas neoliberais de reformulação do Estado na América Latina, não há entre os novos governos da região, quem defenda o Estado paternalista pré-neoliberal que a região experimentou. Todos acham que o neoliberalismo direta ou indiretamente teve como produto o aumento da exclusão social, entretanto, em relação às políticas públicas neoliberais, as críticas são desiguais.

Os processos eleitorais recentes mostraram que os países possuem diferentes propostas de modificação do Estado. Tais propostas variam conforme a capacidade de pressão política das partes envolvidas no exercício do poder. Todos consideram, entretanto, que a formatação dos Estados passados, seja os autoritários ou populistas (uma outra forma de autoritarismo) não se adequou nem às demandas nacional-populares nem às novas exigências sócio-econômicas contemporâneas. São Estados que se caracterizam por possuírem previdências economicamente complexas, políticas tributárias anacrônicas,

bancos centrais com autonomia questionável, legislação administrativa focada e determinada por pressões corporativas geradora de serviços públicos de qualidade inquestionavelmente ruins, dentre eles, os derivados da Universidade estatal, burocrática e lenta.

Tendo em vista que a qualidade do Estado é inadequada para o acerto de políticas eficientes, para o processo de globalização e principalmente por neste haverem fatores responsáveis por um alto custo de manutenção e reprodução social da população, coloca-se na ordem do dia as discussões populares e políticas, que visam identificar e superar pontos de estrangulamento de mecanismos e fluxos de ações administrativas. Basicamente tais pontos são discutidos visando-se implementar modificações que desonerem o cidadão (redução tributária) e garantam um Estado, no qual a relação custo/benefício se reduza.

No Brasil há consenso sobre a necessidade de reformas gerais do poder público. Não há, entretanto, consenso se o formato das mesmas deverá ocorrer na dependência da capacidade de articulação e pressão da sociedade civil e política. É neste cenário, por exemplo, que a Reforma Universitária deve vir a ser discutida. Mecanismos que em períodos anteriores eram considerados afrontas à Autonomia Universitária deverão vir a ser discutidos. Basicamente, planos de desenvolvimento estratégicos das universidades e avaliação do sucesso obtido das metas propostas deverão estar nas discussões. Tal perspectiva atualmente rejeitada por parte das entidades representativas da comunidade acadêmica traz para a discussão o papel do Estado no processo educacional e a questão da Autonomia Universitária e, ao associar o financiamento às metas, condiciona uma revisão do poder público, assim como inclui papéis e responsabilidades na relação entre Estados e Sistema de Ensino Superior. Procura otimizar a eficiência da Universidade reduzindo na verdade o seu custo. Central no enfrentamento de tal perspectiva é a capacidade de financiamento Estatal das Universidades, que no mundo todo é declinante face às demandas e custo das mesmas frente à modernidade. Tal perspectiva também exige da Universidade opções estruturais que a cultura política

estatizante evita discutir, por exemplo, a opção pelo formato Estatal da Universidade ou Público no qual a interação (mesmo orgânica) com outros setores da sociedade venha tomar parte. É inquestionável que a primeira perspectiva possui ainda grande capacidade de defesa. Ela é fruto dos embates políticos entre a comunidade universitária e os governos, assim como criaram e se mantêm em formato jurídico que inviabiliza a sua reestruturação. Neste debate os equívocos que se cometem precisarão ser resolvidos. Por exemplo, a contradição entre ensino gratuito e Universidade Pública possui eficiência política, mesmo sendo uma enorme besteira. Longe, portanto, de ser algo isolado, a perspectiva da Reforma Universitária, com todos os problemas que estão presentes, sinaliza para a uma redefinição da relação do Estado como poder público eficiente e econômico e a Universidade aberta para um conjunto de interesses desprezados pela Universidade Estatal. Ou seja, na proposta inclui-se a perspectiva de conferir uma dinâmica e liberdade moderna às universidades, de um poder público com ação não diminuída, ou ausente, como na proposta neoliberal, porém atento e eficiente. A questão da gestão, planejamento e metas a serem cumpridas centraliza a reforma e deverá se transformar em agenda política para as discussões entre governos e o sistema universitário público nos próximos anos. O cenário acima abre para as Universidades a possibilidade de introduzir no mercado bens de conhecimento numa perspectiva de ampliação de serviços públicos e também mercadológicos. Algumas universidades brasileiras, assim como centros de pesquisa, têm colocado como orientação a produção de bens de conhecimento voltados à descoberta de “janelas de oportunidades” que surgem da combinação entre tecnologias necessária e não desenvolvidas nas cadeias de produção e a capacidade de geração institucional desses bens. Para que tal perspectiva seja colocada é necessária a visualização de tendências econômicas de médio prazo. A organização de estratégias de desenvolvimento e desoneração pública das Universidades passa pelo envolvimento real destas instituições. Neste sentido, observatórios de conjuntura e oportunidades no campo econômico já estão presentes em diferentes universidades. Na verdade pode-se supor que os Estados moldados sobre ideologias nacionalistas e paternalismo social tendem a objetivamente dar lugar a Estados de maior eficiência nas suas prioridades públicas. Na esteira de tais modificações as Universidades deverão, como

instituições do Estado, ser submetidas às reformas e redimensionamento de suas funções. Por exemplo, no Brasil a relação entre o ensino superior privado e público foi de certa forma reequacionada com o PROUNI. A ampliação de vagas à educação superior destinada a camadas da população de baixa renda aproveitou-se da rede particular para desenvolver programa de sentido público. O PROUNI, além de ser, como preferem os críticos um golpe do setor privado sobre o público, mostrou que o Estado possui instrumentos para reagir ao imobilismo e conservadorismo, por exemplo, da ANDIFES e ANDES. Basicamente, o exemplo serve para demonstrar que recusas de transformação ou adequação do sistema universitário geram respostas e não recuos. Não se trata de indivíduos mal intencionados que estão nos governos, porém de necessidades objetivas que mostram o atraso de nossas instituições moldadas décadas atrás para garantir políticas e políticos agro-exportadores.

As dificuldades levantadas por ideologias estatizantes nos últimos anos tornam o debate sobre as partes envolvidas no provimento da sociabilidade absolutamente difícil. Entretanto no plano de integração social e demandas de desenvolvimento cada vez fica mais insustentável a manutenção ideológica da dicotomia e compartimentalização entre o público e o privado. Essa separação que deverá ser substituída por normas e agentes regulatórios politicamente acordados com objetivos claros, faz parte de macro políticas governamentais (PAC e PPV). Por exemplo, a redistribuição de serviços nas áreas de transporte, higiene e saúde pública, provimento de energia, exploração de minério, e redução da dependência de elos fundamentais nas cadeias produtiva dificilmente são observados através da lupa indicativa de exclusividade pública.

No caso brasileiro no campo econômico vislumbra-se um expressivo e contínuo aumento de liquidez da economia. Ajustes políticos e econômicos e modestas taxas de crescimento, principalmente na produção de bens de capital, criam esperanças da existência para o desenvolvimento. Em resumo, o que se pode visualizar é que nos próximos anos ocorra um ajustamento da política de juros e um decorrente aumento na demanda de produtos industrializados e bens de serviço. O processo competitivo determinará a necessidade de agregação de

valor nos produtos, tanto para a circulação no mercado interno em expansão, assim como no processo de inserção no mercado externo. Pode-se esperar nesta situação uma valorização de bens de conhecimento (tecnologias) que serão transferidas através de importação ou geração nacional das mesmas. Não há como ignorar a pressão por bens de conhecimento e o valor dessas nas cadeias produtivas. Sabemos que a principal determinante na transferência ou não de tecnologia é o custo internacional da mesma. Tal custo decorre de políticas contratuais internacionais, assim como do fato de terem sido há séculos transformadas em bens comercializáveis de alta capacidade de dispersão (em rede) e aplicação. Alguns países, tais como Irlanda, Suécia, Finlândia e outros alavancaram o recente desenvolvimento tendo como base econômica o desenvolvimento e exportação de tecnologias. Pode passar desaparecido da compreensão comum dada a “inexistência material” dos bens de conhecimento. Entretanto não há quem ignore que a cadeia de produção hoje depende, por exemplo, tanto do ferro como de novas soluções tecnológicas.

Tal fato fica ainda mais claro quando se observa que a própria existência de mercado interno e sistema produtivo nacional carecem de legislações específicas. O amplo processo de privatizações da economia brasileira redimensionou a inserção do Estado no setor produtivo mostrando através do prejuízo de milhões de brasileiros, que a incapacidade administrativa do setor público inviabilizava projetos econômicos no qual o mercado era um dos atores. O caso da Vale do Rio Doce é exemplar nesse aspecto. O Estado conservador é incapaz de entender que o caráter competitivo na produção de um serviço ou bem, por exemplo, é à base da modernidade. Nesse aspecto é interessante a esquizofrenia de parte da comunidade defensora do Estado conservador. Ao mesmo tempo em que defendem a competição em diferentes aspectos da sociedade, por exemplo: distribuição de vagas universitárias, concurso público para preenchimento de vagas, participação em editais para desenvolvimentos de projetos, negam para a instituição universitária discussões acerca de seu envolvimento com sistemas sociais no qual do resultado de processos competitivos derivam seus produtos existentes no mundo real. Mais que isso, é a forma na qual a democracia pode operar levando em consideração a

capacidade de decisão do cidadão. Ou seja, decidir sobre algo. A substituição de um Estado paternalista por um Estado indutor de desenvolvimento e cidadania, no qual se preserva o direito de escolha entre similar-diferentes não é algo facilmente assimilado por uma sociedade acostumada a reduzir a totalidade à particularidade de interesses. Também aqui, a universidade, seja por sua relação de negação do mundo externo como pelo exercício alegórico do teatro da sociabilidade, dá exemplo da eminente necessidade de transformação. Justifica-se a ausência das atuais administrações universitária e da ANDES em qualquer tentativa de discussão da universidade conservadora.

Não há como escapar, pode-se dizer que hoje a pauta política contemporânea principal constitui-se no restabelecimento do papel, tamanho e custo dos Estados. Independente das vertentes políticas dos diferentes governos tal questão possui hoje abrangência planetária. Às propostas de transformações do Estado, necessárias para o desenvolvimento adequado da nova economia globalizada, as antigas esquerdas fazem oposição sistemática, submersas em interesses considerados genuínos, agem tendo em vista o comprometimento da modernização da sociedade. Como resultante de tal “religiosa” oposição setores conservadores (ex-esquerda) transformaram-se em ferrenhos conservadores que tentam a todo o momento ajustar a falta de proposta a um discurso e prática cada vez mais vazio de significação. A derrota da esquerda atual é resultado de sua incapacidade de pensar novos horizontes e de sua posição defensiva a obriga às alianças com os setores mais reacionários. Tal política evidentemente retira sua capacidade de interlocução social e facilita o desenvolvimento de políticas do bloco dominante. Exemplo disso é que um Estado que até pouco considerado moldado para defender os interesses de uma classe social, hoje é defendido pelos mesmos que o acusavam por seu caráter excludente. O resultado básico de tal contradição é sua difícil superação no espaço democrático que existe. E, como o democrático não se realiza, sua existência é transferida para uma esfera de autonomia apreciável, porém, inócua. O caso da democracia universitária presta-se para conferir realidade ou não para o que estamos afirmando. Pior, as demandas que se instauram na nova dinâmica

econômica ao não serem moduladas pelo Estado (ou fantasiosamente moduladas) criam necessariamente suas iminentes necessidades e soluções numa inadequada relação entre atores sociais, reduzindo ainda mais as possibilidades do Estado. Na modernidade ou o Estado se reorganiza ou é enfraquecido por sua passividade e alma conservadora. Ou seja, ao não modernizar o Estado (ou suas instituições) ocorre o desaparecimento de seu significado. Por exemplo, a Universidade não é lenta, é conservadora. Ela não é naturalmente lenta, é politicamente transformada em lenta. Não é da natureza da Universidade a sua lentidão. Nós e nossa ação política no seu interior somos responsáveis por sua lentidão. A nossa democracia age neste sentido e no final das contas fica sempre faltando à resposta a difícil questão, quem é que tem vontade e vê sentido em financiar tal instituição?

·

Não se trata de questões formais as acima colocadas. A opção que possa ter pela manutenção de serviços públicos passam pelo enfrentamento de tais questões. Não é a simples idéia de superação de gargalos da administração pública. Trata-se da necessidade de redimensionar uma cultura que vê com parcimônia o gasto público e que não enfrenta a sua ineficiência e custo da operação administrativa criada sobre as bases do populismo. As resistências às modificações na Universidade são alarmantes. Qualquer proposta de reforma esbarra em trincheiras de interesses individuais e setoriais. Por exemplo, no Brasil, as tentativas de discussão de reforma universitária tiveram forte oposição de todos os setores organizados no interior das Universidades. A posição da ANDES/ASDUERJ foi de não participar das discussões (sic).

Incrível coincidência ocorre entre tais setores organizados com a “iniciativa privada” na organização do silêncio contemporâneo. Por exemplo, poderíamos arriscar a dizer que a interessante contradição entre o público e o privado se inaugura constrói como síntese única a redução do provimento público do saber. Por exemplo, ao fantástico acúmulo de informação associam-se mecanismos de restrição do acesso público aos mesmos. Em outras palavras, o aumento vertiginoso de informações e conhecimentos penetra e constitui produtos sem a passagem pelo universo da transparência pública. A título de exemplo: a tecnologia contida no celular carregado no meu bolso e no bolso de cada um de

nós “não existia há dois anos atrás”. E, caso o (a) colega tente através de revistas especializadas obterem informações, coletar métodos e através destes construir um celular, não o construirá.

A relação entre as Universidades e outros setores não públicos é considerada crítica e a relação entre ela é matéria de extensa iniciativa política em outros países. Nos EUA, por exemplo, depois da aprovação em 1980 da Lei Bayn-Doyle as Universidades puderam estabelecer atividades conjuntas com a atividade privada e a transformação de conhecimento universitário em patente ou bem de mercado pode ser diretamente negociado pelas Universidades. A resposta à lei em relação às universidades americanas foi a criação de 2200 companhias voltadas à comercialização de bens produzidos pela universidade, assim como, 260000 empregos e colocação de U\$ 40 bilhões de dólares anualmente. Na Europa, as Universidades se adaptaram à União Européia e com o *modus operandi* da economia. Na Ásia, pode-se citar o exemplo do Japão e China que consolidam e procuram associações com a iniciativa privada.

Como ignoram a dinâmica da formação do conhecimento as políticas institucionais são na maior parte das vezes inexistentes. Tal situação agrava-se quando dotações orçamentárias reduzidas servem para que políticas de fundo populista determinem o destino deste investimento. Não é outra a causa do descaso das instituições universitárias em geral com as políticas de produção científica. Nunca são abordadas no plano Institucional. Por uma alienação da Instituição em relação à atividade científica a produção científica nestas se atomiza e os interesses individuais, suplantam conteúdos e interesses coletivos e, portanto públicos. De certa forma a ausência de políticas públicas é uma forma de autorizar através de sua ausência a sua privatização. Na grande maioria das Universidades tal situação se reproduz. O fracasso da graduação e o sucesso das pós-graduações, por exemplo, muito mais que demonstrar força da Instituição Universitária mostra a sua desintegração como projeto social. Esquecemos o fator coletivo e geramos, o que é ainda pior, critérios

supostamente institucionais de competição e individuação de nossa função pública. No Brasil, como tentarei colocar a seguir tal questão é essencial.

No âmbito da Universidade considero que repensar e reorganizar a produção do conhecimento é vital. Por exemplo, partindo do pressuposto que o Brasil possua honestas pretensões de inserção no processo de globalização da produção e distribuição de bens é fácil detectar que estamos em fantástica desigualdade através dos dados que apresento a seguir. Por exemplo, considerando-se que todo desenvolvimento tecnológico é dependente da agregação constante de conhecimentos e que tais conhecimentos não circulam pelos meios tradicionais e referenciados pela academia, por exemplo: revista Science e outras de domínio público. Acrescenta-se ainda que além de não termos acesso as informações que constituem as novas tecnologias, estamos envoltos em um círculo vicioso que leva sistematicamente a importação de conhecimento a ser agregado na produção de bens e daí a imaginar um desenvolvimento auto sustentável é extremamente crítico. Qual é o quadro de agregação de novas tecnologias no Brasil? O setor de bens de capital (por exemplo: máquinas, instrumentos, respectivos componentes eletrônicos, segmento de software para processos) encontra-se no mundo todo no centro da questão de desenvolvimento tecnológico via rápida incorporação de novos conhecimentos. Como exemplo do potencial social do processo de inovação, é demonstrado aqui no Brasil que as firmas inovadoras ocupam em média no ano, 32 pessoas e as firmas que não inovaram 17 pessoas. Ou seja, a inovação, além de garantir competitividade aos bens produzidos, se reflete também numa capacidade quase 100% superior em relação no item criação de emprego. Entretanto jogam contra a incorporação (compra de novas tecnologias) taxas de juros altas que aumentam o risco do capital investido e expectativa de crescimento lento da economia. Tais itens diminuem o retorno esperado do investimento em inovação e deixa o país na seguinte situação. No Brasil, entre as firmas industriais com 10 ou mais pessoas ocupadas, a taxa de inovação em 1998/2001 foi de 31,5% sendo que 13,9% das firmas inovaram apenas em processo, 11,3% inovaram em produto e processo e 6,3% apenas em produto. Estudo comparativo de dez países europeus informa que a taxa de inovação é cerca de 50% (De Bresson,

1999). Ou seja, o nosso desenvolvimento industrial, se dependente de inovação, corre o risco de manter a baixa competitividade de nossos bens em outros mercados.

A questão de importação de tecnologia é central desde os anos 90 quando ocorrem transformações na economia brasileira e mundial. Ou seja, como tem sido indicado por alguns autores, associou-se mudança de paradigma técnico-econômico com abertura de mercado interno. Tal processo produziu enormes mutações e rearranjos nas estruturas de produção e mercados. A reorganização das cadeias produtivas é evidente. A estrutura organizacional do setor produtivo rearranja o processo de substituição de componentes, a distância dos mercados e as facilidades fiscais determinam substituição de componentes por congêneres nacionais com forte incorporação de tecnologia. As poucas opções de geração interna autônoma de inovações (expresso na nossa geração de patente) induzem obrigatoriamente a importação de tecnologia. Independente da evidente dependência gerada por esse processo, o setor produtivo tem optado por contratos explícitos de transferência de tecnologia e prestação de assistência técnica. Ou seja, ao instaurar-se o mercado e a sua dinâmica, a produção de conhecimento no Brasil fica objetivamente excluída da geração de bens. As conseqüências de tal processo são óbvias.

Alguns poderiam ainda perguntar: afinal o que a Universidade tem a ver com o quadro anteriormente descrito? Talvez parte da resposta se desse pelo fato de sabermos que a tendência das universidades como instituições a se acomodarem a realidade e sua incapacidade de planejamento na geração de conhecimento é global. Optam tais instituições por políticas liberais de ausência de políticas específicas para o setor e priorização de sua missão educacional. Satisfaz-se com a atividade científica associada às pós-graduações que possuem autonomia intra-institucional e pouca ou nenhuma relação com

necessidades de conhecimento do Estado ou do setor produtivo. Quando, por exemplo, se fala em prioridades educacionais nas universidades, na verdade o administrador tenta demonstrar uma vocação da Instituição gerada por sua incapacidade de gerar políticas de produção de conhecimentos adequados à contemporaneidade.

Por exemplo, não se constitui em problema institucional da universidade o desenvolvimento do país. A relação entre a produção de conhecimento e a geração de riqueza é desprezada. Aceitam passivamente a importação de conhecimento e incorporação destes nas cadeias produtivas. Desprezam o pressuposto que o Brasil insere-se numa dinâmica globalizada de geração de bens cuja fantástica desigualdade é de fácil detecção. Também as instituições universitárias ignoram que o desenvolvimento tecnológico depende basicamente de agregação de conhecimentos. Conhecimentos que não circulam pelos meios tradicionais, por exemplo: revista Science e outras de domínio público. Em relação à incorporação de tecnologia (conhecimento) a produtos, caso, por exemplo, tenhamos como critério a criação de patentes, a coisa fica mais clara. A relação entre geração de patente entre alguns países é a seguinte: no ranking do número de depósitos de patentes feitos em 2003 junto ao PCT (Patent Cooperation Treaty - tratado de cooperação em patentes) – acordo vinculado à WIPO (World Intellectual Property Organization - organização mundial de propriedade intelectual) que possibilita registro de patentes em 123 diferentes países. A lista do PCT traz os Estados Unidos em primeiro lugar, com 39.250 pedidos de patentes internacionais (35,7% do total), seguidos por Japão (16.774 pedidos, ou 15,2% do total) e Alemanha (13.979 pedidos, representando 12,7% do total). Entre os países em desenvolvimento, destaque para a Coreia do Sul, que surge na sétima posição da relação, com 2.947 pedidos de patentes (ou 2,7% do total). O Brasil aparece no ranking com 221 pedidos de patentes (apenas 0,2% do total, na sexta posição entre os países emergentes), atrás da Coreia, China (1.205), Índia (611), África do Sul (376) e Cingapura (313), e à frente do México (123).

No Brasil, a pequena geração de patentes é proveniente de algumas poucas universidades. Enquanto nos EUA 80% das patentes são geradas por empresas privadas, no Brasil 80% é gerada por Universidades. Tal situação, aparentemente negativa, pode também ser lida como uma vocação diferenciada, ou pensando mais objetivamente, resultado de políticas universitárias deliberadas. No caso de política universitária deliberadas chama a atenção o caso da UNICAMP. Nos últimos anos como resultado de reestruturação administrativa e de políticas, uma única Universidade é responsável por parte significativa da geração de patentes em um país. Segundo o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) pela primeira vez na história uma Universidade ocupa o topo do ranking de registros de patentes no país. De acordo com levantamento a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) teve 191 pedidos de 1999 a 2003. Em segundo lugar ficou a Petrobras, que até então ocupava o primeiro lugar, com 177, seguida pela Arno, com 148. A próxima instituição de ensino na lista é a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em 10º lugar com 66. A Universidade de São Paulo (USP) ficou na 13ª colocação, com 55.

Em termos nacionais estamos na contramão de países cujas políticas econômicas levam em consideração de forma parcial ou radical o conceito “Knowledge economy” criado na Nova Zelândia na década passada. Países como: Suécia, Nova Zelândia, Irlanda, Finlândia, Canadá, Austrália, Alemanha, Rússia, Coréia, China entre outros, distribuem bens no mundo em mercados recém criados. Mais do que a distribuição de bens detém a tecnologia na forma de apropriação de patentes.

Aqui no Rio, quais tipos de desenvolvimentos devem ocorrer nos próximos anos, pelo menos na próxima década? Antecipando-me aos analistas profissionais, necessários nestas horas, posso dizer que há consenso sobre a previsão de fortes investimentos públicos nas áreas de exploração de petróleo, siderurgia, produção de fármacos (química fina), eletroeletrônicos, construção civil, exploração do mar e turismo. Também, na área sócio-cultural, com a introdução

de moderna reprodução, geração e provimento de bens culturais, investimentos em novos conhecimentos e tecnologias também deverão ocorrer. Por exemplo, o combate à violência demandará novas tecnologias e conhecimentos sociais.

É evidente que o desenvolvimento econômico é por sua natureza é contraditório. Ou seja, os amplos investimentos também produzirão novas demandas de serviços públicos. Assim, quando se pensa, por exemplo, em políticas de saúde pública não se pode esquecer que a perspectiva de investimento obriga o planejamento da aplicação desses investimentos. Nesse campo específico discussões técnicas sobre detecção de populações de risco, administração e avaliação de intervenção, infra-estrutura técnica, são ainda carentes de formulações no campo da investigação científica. Resumidamente, muita teoria e técnica necessárias surgem quando a real perspectiva de ação pública se defronta no social em que deverá operar.

As possíveis linhas de desenvolvimento apontadas no texto não passam de especulações. Ou seja, imagino que ocorrerão e somente imagino porque além do caráter político de tais investimentos não há por parte da universidade mecanismos de análise de conjuntura da economia. O descaso pelo desenvolvimento econômico é tão grande que uma simples proposta de observatório econômico nunca foi nem pensado em termos institucionais. Investimentos, tendências econômicas, mercado, transferência de tecnologia não fazem parte das preocupações institucionais. E o mínimo que podemos fazer quando nos propomos a agir socialmente é (por exemplo: no caso da Universidade), garantir transformar a Universidade Pública em uma Universidade adaptada a tal dinâmica. Cada momento, cada mínimo momento, que não nos adaptamos à realidade, como seres inteligentes, prospectivos, teleológicos que somos, jogamos dinheiro público fora.

Para terminar “cenários” lembro-me da seguinte história: Um dia a chefe da Clã Rockefeller recebeu de um seus netos o pedido para entrar na política. A velha senhora olhou para o neto e disse: “Política meu querido é coisa para os nossos empregados”.

Há muito tempo nos deixam somente com a política.

## ***Contingências***

Escolhi o subtítulo acima com algum cuidado. Poderia ser circunstancias, entretanto com contingências creio expressar com mais precisão ao que sentimos no interior da Universidade. Nossa sociabilidade tem algo de eventualidade, incerteza, acaso e principalmente contenção. Tais sensações são difusas e não surgem em momentos únicos. No plano econômico há, por exemplo, a questão salarial, mas surgem também na nossa época a nossa multidimensionalidade. Aparecem em nossa frustração em sala de aula, em nosso laboratório, sala (ou falta) de trabalho, biblioteca e na relação social entre iguais e entre outros setores da comunidade. Somos às vezes competitivos e às vezes vazios na busca de identidades. Diferente de outras épocas a Universidade deixou de atrair como um sonho. Sonho político, educacional ou científico cada vez mais deixa ter na Universidade um local de realização. Afinal o que explicaria esse vazio no interior da Universidade?

Talvez um pouco possa ser explicado pela estrutura que compartilhamos. Por exemplo, a sua estrutura indiscutivelmente cliva a sociedade. Ou seja, pelo menos em nosso imaginário, as contradições do mundo real são exteriores e o interior as reflete em uma tela teórica na maior parte das vezes alienada. Tal operação de transição entre uma realidade e outra não se dá no vazio, operam através de vias interconectadas no interior da Universidade que foram projetadas para permitir o exercício da liberdade de opinião. Poderíamos mesmo dizer que mesmo sem prestar atenção na crítica de Lucaks, fabricamos legalmente uma superestrutura. Antecipamo-nos a um formato de sociedade projetada. Objetivamente, as articulações sociais que ocorrem nesta teia interna de canais de sociabilizasses reforçam a existência de uma cidadania que por acordo (e depois politicamente transformado em princípio) optou por um mundo criado no seu isolamento. Neste processo a nossa compreensão de mundo amalgama-se numa ideologia que privilegia sua própria dinâmica.

É evidente que caso o raciocínio acima esteja correto as universidades sistematicamente encontram dificuldades para responder às demandas reais da sociedade. A sua estrutura não foi criada para responder a demandas atuais. Ela não possui capacidade de adaptação. Exemplo do distanciamento são as políticas de extensão que no cotidiano universitário se constituem em epifenômenos das políticas universitárias. Parecem mais um acerto de contas com consciências culposas do distanciamento expressa, por exemplo, na ausência de discussão sobre políticas de extensão nos Conselhos Superiores das Universidades, do que vontade de sua inserção na totalidade de uma atividade universitária.

Mais se edificou uma cultura universitária que induz a concepção de que adaptar-se a realidade é capitular, romper acordos e abandonar princípios. Daí a necessidade de intransigente oposição a tudo que insinue comprometer a sociedade projetada. Tal ambiente é vivido e defendido ou por opção ideológica ou por alienação sobre a sua natureza. Para os primeiros a Universidade deve se manter como tal por constituir-se em última trincheira da resistência da classe trabalhadora. Tal perspectiva permite entender a ira defensiva de acordos sociais tais como autonomia e democracia no interior da Universidade, assim como, as suas expressões negativas no mundo externo, por exemplo, ao abandonar a discussão sobre a Reforma Universitária e a rejeição a Lei de Inovação Tecnológica (Lei 10.973). Há uma coerção através do silêncio e seria interessante perguntar aos responsáveis pelas políticas administrativas de grande parte das universidades porque as sub-reitorias de pesquisa, nunca trouxeram a discussão da lei acima. No site da ANDES as resoluções de seu último congresso podem explicar o porquê da lei acima nunca vir a ser discutida. Essa ação universitária é compreensível quando sabemos que o sistema que está estruturado serve para operacionalizar perspectivas universitárias com uma base política sindical em aliança com a burocracia administrativa.

A conseqüência básica da dicotomia entre mundo interno e externo é a ossificação estrutural da Universidade. Sua atual situação de incapacidade de diálogo tanto interno quanto externo é lastimável em diferentes direções, entre

elas a sua incapacidade de administração do dinheiro público. São inúmeros os exemplos que podem ser demonstrados nos quais problemas vividos no cotidiano dirigem-se para a produção de conhecimento (pesquisas, teses e publicações) e não percorrem positivamente os corredores intelectuais da Universidade em direção à solução dos seus problemas. Por exemplo, o modelo jurídico, as armadilhas do discurso tradicional da relação autonomia-democracia, a administração hospitalar, o meio ambiente, cultura e arte, segurança, nutrição, saúde da comunidade, comunicabilidade entre outros tópicos possuem produção teórica excelente não sendo, entretanto minimamente utilizados no interior da Universidade.

A incapacidade de fluxo interno do conhecimento universitário é uma flagrante contradição da Universidade, cuja estrutura (e legalidade) deveria se orientar centrifugamente e centripitamente. Pode-se desta forma deduzir que o discurso da criação de um ambiente livre possui limitações objetivas. Ou seja, ele de natureza pública, não pertence objetivamente à esfera pública. A dicotomia não seria desta forma uma opção democrática já que ao espaço público é negado vias de comunicação em busca de situações estruturantes. Qual é o sentido atual desta estrutura que considera central a sua autonomia. E mais, de que forma ela operacionaliza a nossa alienação em relação a sua ausência de sentido.

Para tentar explicar tal situação refletiremos sobre alguns dogmas que permitem a sua sustentação. Em cenários procuramos descrever alguns traços da influência da modernidade na reestruturação das universidades. Não há novidade de que as universidades que conseguiram recolocar-se em ambientes sócio-econômicos atualizados resultaram ou de políticas estatais determinantes, como é o caso da Reforma Universitária inglesa, no governo de Margaret Thatcher, ou resultado de transformações iniciadas no interior das próprias instituições ( interessante leitura: *Adaptative University Structure: "An analysis of adaptation to socioeconomic environments of US and European University"* e *"Managing university culture: na analysis of the relationship between institutional culture and management"* de Barbara Sporn nos quais são analisadas as University of Michigan, Universiti Bocconi, Wirtschaftuniversiät Wien, New York

University, University of California at Berkley, e Universität St Gallen e na qual se observa que a reestruturação das universidades requer enorme atenção na forma como se dá a relação de cidadania no interior destas. Mais enfaticamente, como se constrói a cultura universitária.

A principal dificuldade na questão acima é gerada basicamente porque a estrutura da Universidade não é reflexiva. Não pensamos as nossas relações. A importância desta discussão é essencial, já que dele deriva a problematização de temas tais como Democracia e Autonomia Universitária.

O problema inicia-se pela difícil avaliação da interdependência ou não da democracia e autonomia. A sua interação nos é familiar e em nosso imaginário surgem como simbiose se revelando pertencentes de uma mesma natureza. Desta forma um esforço deve ser realizado para considerar o desenvolvimento histórico destes conceitos.

Podemos dizer que é talvez em Emmanuel Kant (1724-1804) que a questão da Autonomia surge como fato reflexivo em uma de suas principais obras: "Fundamentação da Metafísica dos Costumes". O filósofo defende nesta obra a existência de dois tipos de liberdade na sociedade. Considerava que uma chamada negativa poderia expressar a idéia na qual a "...causalidade dos seres vivos de atuar independentemente de causas externas que a determinam..." e outra liberdade chamada positiva na qual "...deve ser ela uma causalidade que atue de acordo com leis imutáveis, porém leis particulares....". Como decorrência Kant introduz a idéia de autonomia associada à idéia de universalidade como característica de uma legislação autônoma: "... esta proposição: à vontade em todas as suas ações e para ela mesma a sua lei, não é outra a fórmula deste princípio: se deve trabalhar somente a partir de uma máxima que pode também ser tomada em si mesma por objeto a título de lei universal". O filósofo associa desta forma de maneira interdependente a liberdade como independência e liberdade como legislação (lei universal).

Caso entremos na Universidade poderíamos dizer então que a liberdade negativa definida por ausência de coerção externa (liberdade de pesquisa e

ensino) interage com a liberdade positiva, ou seja: existe sustentada por legislação de princípios positivos. Ainda, poderíamos dizer que a Universidade através de políticas acadêmicas que interagem, ao criar mecanismos de defesa (leis = estatutos e regimentos) contra possíveis interferências do meio externo (Estado ou mercado) regula também a autonomia de pensamento. Tal contradição só é superada quando ocorre acordo (consenso em metas, principalmente no estabelecimento de leis universais) entre os participante que assumem a auto-governabilidade para regulação da Instituição. Poderíamos portando dizer que a governabilidade se dá em função de acordos firmados (programas).

É importante agora retomar Kant quando ele diz “a vontade se toma a si mesma por objeto a título de lei universal”, ou seja, o saber não finalizado não submetido a fins extrínsecos aparece de forma ideal, não histórica ou não contextualizada. Lembrando-se que para a existência da autonomia é necessária a liberdade (negativa, anti-coerção associada à lei universal) pode-se dizer neste encaminhamento lógico que a autonomia universitária possui essencialmente um caráter não histórico e não contextualizável, ou seja, a estrutura universitária como algo sempre voltada para o devir.

Hoje sabemos que a autonomia não é algo topográfico, geográfico ou mesmo institucional, surge de um acordo entre homens na interação de intenções. A ocupação e as cercas de sua operacionalização no interior de um espaço são posteriores. Trata-se de uma principalmente de uma busca idealizada da Razão livre ação “deformadora” de forças externas geradas pela necessidade dos poderes instituídos, na atualidade a tal liberdade se dá não pela imunização prevista, porém em oposição à razão do poder.

Para cimentar a associação entre liberdade negativa e universalidade faz-se necessária uma moral. Ou seja, uma legislação moral que não é arbitrária, porém fundante de uma mesma percepção valorativa e se expressa para manter-se se numa rígida teia de leis. Quando uma das variáveis constituintes da “autonomia” se perde a sua sobrevivência fica inexoravelmente na dependência da expansão da outra. Em tal lógica constituinte de uma alma social, as derivações não são imprevisíveis. Por exemplo, independente da

presença ou não do pensamento crítico no cotidiano do grupo, o esqueleto legal pode se manter inercialmente através de uma moralidade mantida coercitivamente através da comunhão coletiva de sua necessidade e a da desnecessária retificação crítica de suas origens.

Poderíamos dizer que as considerações de Kant são possíveis na Europa do século XVIII no qual a busca de monarquias-nacionais fortes necessitava do iluminismo ou esclarecimento (*Aufklärung*) em guetos controláveis. Neste caminho, as subjetividades incidentes descritas acima se desdobram de forma sintetizada em propostas reais de organização institucional, por exemplo, na Universidade alemã proposta por Wilhelm von Humboldt (1767-1835). Tais propostas atravessaram alguns séculos e ainda se encontram em algumas instituições.

Mais recentemente, a institucionalização da produção coletiva do pensamento e os formatos nos últimos dois séculos são determinados por variáveis geopolíticas que surgem da correlação entre Estado e a sociedade civil ou religiosa. Configuram-se duas modalidades básicas. As autônomas e autárquicas anglo-saxônicas e as que representavam diretamente os interesses de formação superior dentro de programas estratégicos de desenvolvimento de Estados-Nações, também chamadas de Universidades Napoleônicas.

Já aqui em nosso continente, pode-se dizer que o desenvolvimento das Universidades da América Latina teve a influência hispânica ou portuguesa. As universidades com origem hispânica foram pioneiras no continente. Por exemplo, em 1636 quando a Harvard foi fundada, a América Latina já possuía 13 universidades. Estas, por sua vez reproduziam a estrutura de Salamanca e Alcalá de Henares. De Salamanca trazia-se o modelo de prestação de serviço à nação (ou monarquia) e de Alcalá de Henares a base do modelo era a difusão teológica, por exemplo, o reitor tinha a dupla tarefa de liderar a universidade e o convento a ela associado. Os dois tipos se unificavam numa visão colonizadora sobre a América Latina e se diferenciavam por sua perspectiva de aplicação do pensamento no continente. Interessante que no caso das Universidades influenciadas por Alcalá de Henares, a relação com a sociedade

civil era menos estreita, aproximando-se de certa forma da prática moderna de autonomia.

No Brasil a Universidade é tardia. A corte portuguesa prefere manter a formação universitária em Portugal. As razões são múltiplas, entre elas, a forte influência do positivismo em sua relação pragmática com as políticas gerais de desenvolvimento do império. Por exemplo, se calcula que entre 1577 e 1822 as universidades de origem hispânica formaram aqui na América 150.000 jovens, no mesmo período o Brasil formou exclusivamente em Coimbra 2.500 estudantes. Ou seja, no Brasil o surgimento de Universidades não é decorrência nenhuma história de luta nacional pelo ensino superior. Somente em 1920 inaugura-se a primeira Universidade no Brasil que possui reitor, conselho universitário com representantes de diferentes Faculdades (Direito, Medicina e Politécnica). A Universidade foi criada através de decreto federal e existem provas históricas de que a sua criação objetivava outorgar um título de Honoris Causa ao rei da Bélgica que viria visitar o Brasil. Em 1927 surge a Universidade de Minas Gerais seguindo o mesmo modelo. Cabe ressaltar que o empenho com a implantação de escolas técnicas não segue a mesma orientação das Universidades. É anterior à implantação das universidades e se espalham em centros urbanos e comerciais. O estudo em centros de conhecimento específicos, tais como, botânica, mineração e agricultura antecede a existência das Universidades cujo objetivo era reproduzir o conhecimento da corte.

A forte e secular história das universidades latino-americanas desenvolveu um complexo conjunto de contradições que se refletiu em lutas políticas que buscavam uma identificação com os espaços sócio-políticos que no qual estavam inseridas. Basicamente, as lutas política tinham como plataforma “modernizadora” o rompimento com suas matrizes históricas e a busca de uma Universidade identificada com os problemas latino-americanos. Tais lutas ocorreram com maior intensidade naquelas que seguiam a orientação clerical. Era também característica dessas lutas a base estudantil. É por essa razão que no início do século XX amplos e vigorosos movimentos políticos estudantis alastram-se por toda América fluindo para as famosas discussões e

deliberações de Córdoba em 1918. Em resumo, após amplas discussões, unificou-se os movimentos numa proposta de Reforma Universitária (Reforma de Córdoba), cujas principais bandeiras eram: 1) Participação estudantil na direção da Universidade (co-governo); 2) Autonomia política, docente e administrativa da Universidade; 3) Eleição de todos os mandatários da Universidade por assembleias com representação de professores, estudantes e formados; 4) A seleção do corpo docente através de concursos públicos que assegurem ampla liberdade de acesso ao magistério; 5) Fixação de mandatos com prazo fixo de 5 anos para o exercício da docência; 6) Gratuidade do ensino; 7) Responsabilidade política da Universidade em relação à nação e defesa da democracia; 8) Liberdade de cátedra; 9) Implantação de cursos livres e possibilidade de optar por cursos paralelos aos dos professores catedráticos; 10) Livre direito de freqüência a diferentes disciplinas. Tais propostas com forte inspiração liberal foram basicamente compostas por jovens provenientes de oligarquias latino-americanas e trazia o sentimento de justiça (lei universal) surgido de uma vontade de emancipação dos países de Madri.

A capacidade de irradiação da Reforma de Córdoba foi enorme traduzindo-se, entretanto em reflexos modulados por contextos político-ideológicos nacionais. Por exemplo, o seu caminho a esquerda no Peru foi notável. Criaram-se neste país em 1919 as Universidades Populares González que agregavam à proposta de Reforma de Córdoba a presença da classe trabalhadora. Tal proposta fazia parte do programa de governo peruano do marxista José Carlos Mariátegui que em seu livro base “Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana” colocava a reforma universitária dentro do plano geral de reformas sociais. Por outro lado, as adaptações se orientaram mais para espectros ideológicos de centro no qual se mantinham a autonomia, liberdade de cátedra e gestão compartilhada com estudantes como partes importantes da Reforma. Pode-se, entretanto dizer que após a proposta inaugura-se no interior das universidades a tensão entre possíveis formas de fazer valer na Universidade valores transcendam interesses imediatos e voltados a simples reprodução de conhecimento e valores. O destino de oposição desenvolvido pelas

universidades contra as ditaduras latino-americanas tem a sua origem em Córdoba.

O atraso na criação das Universidades no Brasil equivale também a dizer que não ocorreu acumulação de situações contraditórias a serem superadas politicamente. Pode-se dizer que as suas estruturas representavam e representam uma mistura da influência do liberalismo europeu e algumas demandas colocadas por Córdoba. Pode-se, entretanto observar que o desenvolvimento das Universidades teve forte influência do Estado em sua estruturação determinando uma rede de ensino superior caracterizada por um regime jurídico único e de forte determinação central. Por outro lado, regionalmente também se desenvolveram universidades (estaduais e municipais) nas quais as determinações político regionais modularam o seu desenvolvimento. Em ambos os casos a inserção destas instituições na sociedade sempre ficou submetida à benevolência (ou prioridades) das políticas de plantão. Em alguns casos como as Universidades Estaduais Paulistas, a relação com o próspero desenvolvimento do estado e as indiscutíveis vantagens econômicas e culturais, levou a um desenvolvimento diferenciado em termos de produção e reprodução de saber. Em outros estados, por exemplo, o Rio de Janeiro, a influência positiva sobre o desenvolvimento da Universidade não é observado com tal ênfase. Pode-se, entretanto ressaltar que tanto no caso das Universidades Federais ou Estaduais a sua estruturação como Universidades Públicas e gratuitas dão continuidade a luta já secular das Universidades Latino-americanas. Por exemplo, a autonomia e a democracia, novidades no século XVII, estão mantidas e continuam a tentar se operacionalizar globalmente nos diferentes sistemas públicos de ensino superior.

A manutenção pelo menos teórica da democracia-autonomia não representa, entretanto que a unidade possua vulnerabilidades e não deva ser discutida com ênfase contextualizada. O fato de acabar se constituído em lei universal fundamental no arcabouço da estrutura universitária confere a mesma forte inércia e aparente imutabilidade. Tal consideração pode ser observada nas atuais discussões sobre a reforma universitária. No Brasil em 1989 através da Constituinte a questão da autonomia foi colocada dentro de uma proposta de

ação universitária que unifica ensino, pesquisa e extensão. Ou seja, uma mesma instituição para se caracterizar como sendo Universidade deveria também ser agente estatal de justiça social. Tal pressuposto, ainda não bem discutido, determina exogenamente através de uma Lei maior, ou seja, a constituição, uma unificação jurídica das Universidades. Por exemplo, elas não teriam autonomia para o desenvolvimento de setores da atividade universitária caso a tríade não estivesse contemplada. É claro que na maior parte das vezes as peculiaridades de desenvolvimento das universidades transformam a relação entre ensino-pesquisa e extensão em alegoria. Não se trata aqui de fazer uma defesa de um outro tipo de Universidade, porém é flagrante a contradição que se instaura na ação política de centralização e a sua tentativa de regulamentação jurídica, resultando em incapacidade de operacionalização de seus objetivos.

Numa breve revisão podemos dizer que as três últimas décadas podem ser consideradas determinantes na estruturação da Universidade Brasileira e neste processo a participação política de setores técnico-administrativos e docentes numa perspectiva radicalmente trabalhista deixou indeléveis marcas na Instituição. O amplo processo de sindicalização e a capacidade dos mesmos em intervir no dia a dia e no projeto de Universidade tiveram posição centralizadora nas lutas por modificações na Universidade. O problema central desta perspectiva de inserção na luta por modificações da Universidade é que a agenda necessária relacionada à Universidade enquanto Instituição voltada e participante da produção e reprodução de saber foi substituída por reivindicações voltadas a políticas sociais, tais como a justiça salarial, no interior da Universidade. À primeira vista parece que tal processo de reforma não fosse contraditório à natureza universitária. Entretanto, no desdobramento prático de tal história, o conjunto de lutas sindicais inviabilizaram a manutenção de uma cultura geral da Universidade enquanto local público unificado na preservação da Autonomia e da Democracia com a específica função de produção e reprodução de conhecimento. Por exemplo, a unificação de formato e conteúdo dos regimes jurídicos atenta contra a Autonomia Universitária facilitando, entretanto, a unidade política dos trabalhadores das instituições universitárias. Pode-se dizer, sem discussão de mérito, que as transformações da Universidade, nos últimos anos, são decorrência de lutas trabalhistas. A

expressão política cotidiana deste fenômeno é a inviabilidade de rever a Universidade no plano da operacionalização de sua natureza. A quantidade de reitores eleitos no Brasil provenientes da política sindical é significativamente maior que os provenientes da academia. Em algumas universidades, por exemplo, o título de doutor não é uma exigência para a participação da administração universitária. Tal situação que poderia expressar uma adaptação a uma situação provisória no processo de formação dos docentes, se mantém independente da qualificação docente, demonstrando a “vocação” unicamente administrativa de um “quadro” de professores. Por motivos anteriormente discutidos o reacionarismo de tais professores se alimenta e reforça a ossificação da estrutura universitária. Por exemplo, a oposição sistemática do movimento sindical (ANDES-ASDUERJ) e incapacidade de administrações (Reitorias-ANDES-ASDUERJ) em observar a importância e necessidade de uma reforma da universidade simplesmente por imaginar que a mesma perderia o eixo de luta: “...injustiça social contra seus trabalhadores”, paralisa qualquer tentativa de atualização da Instituição. Enfim, do silêncio de propostas e na ruidosa oposição desenvolve-se uma crescente despolitização da Universidade. Tal processo é facilitado pelo ocultamento objetivo de sua multidimensionalidade que, como já tivemos oportunidade de discutir, faz parte constituinte da natureza da Universidade Moderna. Podemos dizer também que, para que tal ocultamento se dê, é importante que as diferenças não se expressem e sejam diminuídas por mecanismos de representação (expresso e indireto) de controle social travestidos de “democráticos”. Por exemplo, a sustentação de tais mecanismos através de ridículos arranjos políticos baseados no fisiologismo que se sobrepõe a rede legal consensuada representa a instituição do desprezo a real democracia. No Brasil em algumas universidades, por exemplo, a forma de ganhar uma eleição para Reitor é arranjar a comunhão de interesses fisiologicamente colocados e demonstrar a inexistência de um programa de ação institucional.

A complexidade política, assim como, a necessidade histórica de compreensão da Universidade na sociedade moderna, decorre de diferentes fatores. Por exemplo, a justificativa social real da Universidade é objetivamente declinante.

Como investimento social e retorno no campo da produção do saber, elas pouco a pouco são substituídas por outras fontes produtoras desses bens. Para os políticos de plantão é fácil a substituição de responsabilidades, coloca-se toda a culpa na ausência de investimento estatal. A afirmativa surge não de uma contra argumentação técnica, porém do escudo corporativista que dá sustentação ideológica a geral culpabilização. Discutir as culpabilidades internas é constrangedor e mantêm-se o exercício incompetente da administração da Universidade. As generalizadas restrições à mecanismos de avaliação externos e internos retratam essa inviolabilidade. Também como exemplo, negar-se absolutamente em trabalhar partindo-se de metas estratégicas de desenvolvimento e avaliação das mesmas, demonstrando a total ausência de necessidade de um projeto. Assim abrindo mão do mais básico modo de agir prospectivamente, a ausência da planificação representa um novo modo de sustentar a “Autonomia”. Esta resposta desqualificadora a preceitos básicos da administração da Universidade só é possível quando se tem uma visão equivocada e oportunista da Autonomia Universitária. Ela não diz respeito somente à administração, representa um processo de ampla descaracterização da Universidade. E pior, o vazio criado pela retirada dos preceitos básicos da Universidade redefine negativamente os alicerces da Universidade, tais como a democracia e a própria Autonomia. Trata-se de um processo político-ideológico de privatização. Não se cobra dos alunos, simplesmente paralisa-se a Universidade. O movimento do tempo não tem nada a ver com a estrutura da Universidade. As janelas estão fechadas, interessa somente o que se passa na sala com os moradores de sempre.

A Universidade detém constitucionalmente o direito de ser Autônoma (Constituição de 1988). Ou seja, é uma instituição que tem o direito de realizar e administrar as suas atividades de forma independente. A Universidade goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial. Tal determinação constitucional forte na sua perspectiva funcional homogenizadora permite que o caráter de base liberal, ou seja, Instituição pertencente à sociedade onde a mesma, de forma crítica e não reprimível, realize o pensamento para si, para o outro e principalmente para o futuro (e por isso tem que ser livre) transformou-se e reduziu-se com o tempo a uma luta

contábil. Ou seja, a questão do financiamento centraliza a discussão da natureza da Universidade. Tanto a incapacidade do Estado que se vê na única obrigação de cumprir o orçamento, assim como a Universidade que tem no Estado o cumpridor de obrigações orçamentárias imprimem profundas deformações na relação. Tal situação é facilitada por um diálogo com vias cuja superficialidade política foi facilitada por mecanismos de unificação jurídica. Por exemplo, a complexidade das múltiplas e globalizadas redes técnicas e de financiamento da produção científica não possuem comunicabilidade legal. O mesmo pode-se dizer de outras atividades com determinadas peculiaridades. Por exemplo, na área de serviços e extensão, são inumeráveis os exemplos, sendo, entretanto o mais evidente os Hospitais Universitários, cuja sobrevivência continua a depender da plasticidade jurídica que contemple satisfatoriamente a expressão de suas potencialidades.

É inquestionável o fato de que ao Estado cabe cumprir o orçamento aprovado. Também é inquestionável o fato de que o custo de desenvolvimento das Universidades na perspectiva de sua natureza histórica e constitucional vai além da capacidade real de financiamento do Estado. Hoje a manutenção do ensino gratuito e de qualidade (entendido em sua forma integral) está na dependência da resolução de equações cujas variáveis tem sido politicamente ocultadas como discutimos em diversos momentos de nosso texto. Não se pode, entretanto deixar de citar que diferentes formas de financiamento da Universidade têm sido tentadas. Por exemplo, desde 1989, as universidades estaduais paulistas passaram a receber como repasse fixo 9,57% da arrecadação do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) recolhido pelo governo do Estado. Após 15 anos, os reitores das três universidades paulistas foram unânimes na hora de apresentar um balanço da experiência: para eles, a autonomia na administração do financiamento estatal foi altamente positiva já que permitiu a planificação das instituições. Entretanto, apontaram também as limitações impostas pela indexação ao ICMS, que pode variar de acordo com o crescimento da economia e que no máximo permite acertos com a folha de pagamento sobrando pouco para investimentos. Os reitores são absolutamente unânimes em defender a necessidade de mecanismos próprios e diferenciados de captação de verbas. Os reitores

entraram no debate, mesmo sendo pouco divulgado, naquilo que se coloca hoje como central. Ou seja, mesmo sendo um ponto potencialmente altamente politizável, para alguns o conceito de Autonomia não resiste a nenhum grau de sinergismo entre o Estado e outras fontes de financiamento públicas e privada. As dificuldades levantadas por ideologias voltadas pela exclusividade de financiamento estatal constroem paredes de princípios tornando o debate sobre as partes envolvidas no provimento da sociabilidade absolutamente difíceis. Como tivemos oportunidade de discutir em outras partes deste documento, a modernidade induz sistemáticas integrações sociais e demandas que relativizam a manutenção ideológica da dicotomia e compartimentalização entre o estatal e o privado. Não pensar e organizar tal relação são fatais para a Instituição pública. Ou seja, uma forma trágica de esvaziar o sentido público das universidades é ignorar suas demandas e transferi-las para o ambiente estéreo da luta ideológica.

As novas situações geram no meio universitário reação de defesa (justiça) que tentam estigmatizar as partes não concordantes no campo moral. Ou seja, a cultura produzida pela estrutura estatal-dependente dirige aos projetos que ampliam o campo de associações com a sociedade da Universidade como capitulantes. Enormes dificuldades são levantadas sobre a discussão da necessidade de um redimensionamento institucional que se adeque a novos acordos sociais nos quais agentes regulatórios públicos modulem o alcance e justeza das metas democraticamente acordadas. Por exemplo, sabe-se hoje que a redistribuição de atividades anteriormente estatais, hoje se dando de forma associada, em diferentes áreas de alta demanda social, necessitam de associação com setores não públicos para o seu desenvolvimento. Enfrentar a questão acima se constitui em paço inicial para tentar desfazer os nós criados por uma cultura política e administrativa que não consegue responder às mínimas demandas genuinamente profissionais colocadas pela comunidade universitária. Independentemente do esgotamento da capacidade financeira dos governos em acompanhar aqui e no mundo o desenvolvimento educacional, cultural e tecnológico, na velocidade com que essas atividades ocorrem no mundo real, como tentamos mostrar anteriormente, novas alternativas político-financeiras são possíveis, tendo como premissa a manutenção do ensino

público, gratuito e principalmente de qualidade. As dicotomias produzidas por aqueles que resistem às vigorosas políticas de financiamento da Universidade imaginam que os enfrentamentos por “mais verbas para a educação”, mesmo sem bases empíricas razoáveis (por exemplo: esgotamento da política tributária, prioridades politicamente estabelecidas, resistências à compreensão da natureza da Universidade, compreensão da necessidade da geração de conhecimento em políticas de desenvolvimento, resposta às demandas sociais efetivas e outras), resolverão ou correspondem às demandas crescentes da Universidade. Neste caminho o único produto que tem sido obtido é a consolidação no imaginário dos membros da comunidade de uma obrigação sem limitações (legalmente estabelecida), assim como, a perspectiva do não atendimento desta a possibilidade quase única de criação de uma justificativa para a organização política de oposições.

É importante ter em mente que a estrutura atual da Universidade constitucionalmente gerada nos obriga hoje a uma leitura contextualizada. Nesta direção a participação na discussão da Reforma Universitária se coloca como essencial. Por exemplo, a leitura da própria sobre a Autonomia Universitária, que parte do movimento sindical considera imutável, constitui-se em ponto a ser seriamente discutido. As derivações de regime jurídico basicamente único implicam em legislação superficial e homogenizadora fundamentada em demandas trabalhistas, impedindo de forma objetiva a expansão das Universidades. Impede de fato a organização de redes deslocadas que interagem com a Universidade no cotidiano de seus profissionais no exercício de suas ações universitárias. Partem de uma compreensão de uma Universidade militarmente organizada, desrespeitam as diferenças que constituem a base da formação universalizada do conhecimento. Na verdade, com um fundo melodramático nostálgico, a Universidade criada para conviver na miséria da resistência, retira de fato as possibilidades de operacionalização da Autonomia e da Democracia.

E mais, a fuga dos debates sobre a necessidade de reformas na Universidade acompanha na sociedade o desprezo (individualmente justificável) das funções do serviço público. Prendem-se aos pragmatismos assim como se prendem a

velhas concepções. Não há vazio político na sociedade. Constrói-se, através de ampla ausência de respostas (administrativas e financeiras) uma culpabilidade que está além de nossas possibilidades de intervenção. Tal processo de alienação, por sua vez determina um novo tipo de cidadania universitária. A instituição deixa de ser uma instância baseada na percepção da diferença existente em sua dimensão coletiva, dilui-se nos interesses individuais. Como desdobramento e base de apoio desse processo o conceito de autonomia começa a habitar a individualidade reificada, cujas obrigações não são avaliáveis por serem promiscuamente de indivíduos e instituição, sendo ambas defendidas por uma impunidade “necessária” contra governos que os querem destruir. As diversas faces da autonomia impedem a sua discussão e a transformam em princípio mitificado. O resultado é desastroso e caro para a sociedade.

## ***Caminhos***

As duas partes iniciais do texto procuram enfatizar alguns traços da modernidade que deverão redimensionar a Universidade. Conclui-se que está ocorrendo desenvolvimento da humanidade com uma série de características que podem se dar o “direito” de incluir ou não a Universidade na sua dinâmica. Em todos os continentes e em particular na América Latina processos acelerados de integração que por sua vez são contraditórios, ou seja, a inclusão e exclusão social, por exemplo, possuem a mesma filiação. Também a cidadania tem sido modificada. Direitos e obrigações atendem cada vez mais aos interesses do desenvolvimento econômico. A produção e reprodução da educação, cultura e ocorrem cada vez mais de forma dispersa e desestatizadas. No caso específico da produção de conhecimento ocorreu uma fantástica migração para o setor produtivo não público. Acentuamos também que o conhecimento hoje transforma-se com enorme velocidade em produto mercantilizável, transformando por sua vez também em mercadoria. Diversas causas podem ser apontadas por este distanciamento do conhecimento que, no caso particular da Universidade, pode-se dizer que o afastamento do desenvolvimento real da sociedade a alienou da geração do conhecimento. A

causalidade é múltipla, vai desde políticas que objetivam a redução do papel da Universidade na produção de conhecimento, reorganização geopolítica da economia, organização em redes com topografia globalmente difusa, assimétrica e dinâmica com velocidades distintas. Tal afastamento *per se* induz um aumento do afastamento. A distancia instaurada nega qualquer tendência à aproximação. Ela gera na Universidade expansão de forças retrógradas que politizam tal afastamento através de mecanismos ideológicos, políticos e jurídicos.

A clareza sobre os pontos acima não são, entretanto suficiente para o imobilismo, algo pode ser feito, ou seja, alguns caminhos podem ser seguidos.

As idéias que serão apresentadas são de caráter geral. Evita-se nesta fase de discussão o pragmatismo, não por um pedantismo acadêmico, porém por entender que a delicadeza do tema não o recomenda. A integração com outras idéias gerais provenientes do debate que deverá se dar recomendará as alterações necessárias em um projeto político de viver universitário. Desta forma a exposição de intenções administrativas por setores específicos não são consideradas no momento. A título de exemplo de rearticulação administrativa apresentamos no final a proposta de de malha e uma pequena discussão sobre a questão técnica e política da comunicabilidade.

Levando-se em consideração que ao se discutir a Universidade, como qualquer grupamento social com identidade de finalidades, não se pode deixar apresentar quais são a bases do acordo social subjacente e determinante que permite a unificação, poderíamos perguntar: Quais seriam os princípios determinantes de um projeto de Universidade inserida na modernidade?

a) Como determinação da opção pela modernidade a idéia de um acordo sobre a adaptabilidade da Universidade ao desenvolvimento real da sociedade, torna-se central. Tal princípio, ou seja, estar no mundo hoje, não impede a sua operação crítica prospectiva. Parte fundamental deste acordo social determina a necessidade de nossa sociabilidade representar a associação do presente, com o passado como constituinte do advir;

b) A convicção de que a Universidade é uma conquista histórica, ambiente que pertence à sociedade e possui legitimidade e legalidade para de forma garantir o livre exercício da preservação e transmissão da cultura e educação, assim como, da livre geração e disseminação do conhecimento. Tal convicção, entretanto não a torna exclusiva. Mais que isto, ela é receptiva e colaboradora de outras formas que representam diferentes agrupamentos sociais com distintas organizações de interesse e jurisprudência;

c) Como ambiente e exercício de domínio público as atividades educacionais são de acesso gratuito e democrático;

d) Seu ambiente interno e suas decisões baseiam-se na democracia referenciada na natureza da Universidade. A qualificação do exercício democrático está associada a sua natureza, assim como, pela qualificação individual de seus membros para as decisões das qual o instrumento da democracia participativa imediata de decisão se fizer necessário;

e) Constitui-se em pressuposto Universal da Instituição o consenso de que as diferenças são principal móvel civilizatório. E esta compreensão e ação cotidiana mantêm e representam a expressão moral da comunidade operando no interior do caráter contraditório da modernidade.

4. Tendo em vista os pontos acima, quais os desdobramentos práticos possíveis?

Inicialmente o abandono de uma cultura endógena, como foi analisado em “contingências”. Como decorrência prática, podemos centrar a Universidade dentro de um conjunto de percepções estruturantes, institucionais e não como epifenômenos, tais como:

a) A Universidade globalizada e continentalizada. Ou seja, interagindo crítica e positivamente com os grandes problemas que desafiam a humanidade na modernidade. A efetiva interação das Universidades com as instâncias geradoras de conhecimento, cultura, educação e bens globalizados. Tal

perspectiva implica na construção de laços com organizações sociais do mundo e em particular da América Latina. Essa interação permite, ainda, absorver as diferenças e construir sínteses que contribuam no efetivo desenvolvimento humano;

b) A Universidade nacionalizada. Ampliando ou inaugurando inserções e associações com as políticas, aparelhos e financiamentos de educação, produção científica e serviços nacionais;

c) A Universidade estadualizada e municipalizada. Ampliando ou inaugurando a capacidade de inserção às políticas de educação, produção científica e serviços estaduais e municipais. Assim como, a real associação com setores produtivos da sociedade;

e) A Universidade e a compreensão crítica da dinâmica real da sociedade e de sua expressão multidimensionada;

Para as transformações acima é fundamental ter consciência, preparo e suporte para a interação com uma sociedade multistitucional, globalizada e articulada em rede. Tal sociedade redefine constantemente o posicionamento e finalidades dos indivíduos e projetos e trabalhos da Instituição. Para que os pressupostos acima em base real de sustentação na Universidade é necessário uma revisão dos pressupostos jurídicos da Universidade enquanto Instituição Pública. Tal revisão deve redimensionar os marcos regulatórios de exercício profissional no campo dos compromissos profissionais e de remuneração.

Também será fundamental a adoção de modernas técnicas de observação e avaliação do desenvolvimento sócio-cultural-econômico do campo externo. Por exemplo, a criação de observatórios específicos que interagindo com setores produtores de conhecimento alimentem a Universidade com informações e análises. Além das atividades peculiares dos observatórios eles também devem ter como objetivo a detecção de oportunidades de intervenção (janelas críticas). Além da perspectiva de “olhar o mundo”, no caminho inverso, a projeção da

Universidade nos ambientes acima discutidos, deverá ser entendida e organizada para que a Universidade deixe-se “olhar”.

Parte geral do acordo interno da Universidade coloca-se como essencial a discussão sobre marcos referenciais de suposta qualidade estruturante da Universalidade da Instituição. Refletindo sobre o nosso processo histórico, acertos e erros da nossa trajetória devem ser tratados de forma contextualizada. Desta forma, por serem consideradas centrais na política universitária não pode ser adiada a discussão sobre:

- a) Autonomia Universitária;
- b) Democracia Universitária;
- c) Caráter “Estatal” da Universidade;
- d) Interação Universidade e Organizações Sociais Públicas e Privadas;
- e) Estrutura administrativa e política da Universidade. A administração induzível e indutora;
- f) Comunicação total (inclusão digital total – máquinas e redes);
- g) Administração de regime jurídico único versus Administração de múltiplos regimes jurídicos.

Integradas aos pressupostos acima algumas atividades da Universidade podem ser inicialmente sugeridas;

a) Criar e/ou dinamizar fórum executivo de reitores do Sistema de Ensino Superior Público do Rio de Janeiro com a participação de Instituições federais e estaduais tendo em vista a associação em projetos de educação, ciência e extensão, assim como, a criação de sistemas de democratização dos bens públicos disponíveis para as atividades acima;

b) Desenvolver estruturas e atividades com dimensão global;

Por exemplo:

b.1. Instituto do Meio Ambiente e do Aquecimento Global (baseada na Ilha Grande e integrada às redes mundiais) voltado às modificações planetárias;

b.2. Instituto de Desenvolvimento de Tecnologias Educacionais e de Redes.

c) Desenvolver (ou reequipar) instâncias administrativas voltadas ao suporte à investigação, interação jurídica e captação de recursos para a geração de conhecimento para o uso público ou comercialização (patentes, licenças e bens).

d) Criar os Parques Virtuais e Presenciais:

d.1. De Saúde (medicina, odontologia, enfermagem, educação física e nutrição);

d.2. De Ciência e Tecnologia.

d.3 De Cultura e Meio Ambiente

Tais parques desenvolverão atividade autônoma, conforme parâmetros traçados no “Plano de Desenvolvimento Estratégico”, gozarão de regimes jurídicos próprios que viabilizem financiamento e operação administrativa agilizada. À Universidade caberá a avaliação de metas previstas e aprovação de redimensionamentos necessários, assim como, participação na infra-estrutura física e de pessoal. O setor dos professores e técnico administrativo poderá destinar até X % do tempo regulamentar de trabalho para as atividades nos Parques. Os servidores envolvidos na atividade de tais parques (ou malhas) poderão desfrutar de remuneração adicional ao salário com os recursos obtidos para os específicos financiamentos. A Universidade determinará o overhead. Para a estruturação de tais parques sugere-se a utilização do sistema de malhas (apresentada no final do documento);

c) Criar sistema de inclusão digital total:

O processo de comunicação deverá ser entendido em sua dimensão política. O seu comprometimento, portanto será entendido como um afronta à autonomia universitária e o livre exercício da cidadania dos membros da comunidade. Tal concepção sobre a obrigação e garantias de comunicação é entendida dentro das estratégias de inserção e desenvolvimento da Universidade na sociedade moderna. Ou seja, a ação institucional universitária é de localização geográfica associada a espaços midiáticos institucionais ou não institucionais dependendo, portanto de sistema de alta eficiência para acesso e participação em redes internas e externas operadoras das múltiplas identidades constituintes da

Universidade. Desta forma, é imprescindível uma reorganização do setor responsável pelo provimento e administração do tráfego digitalizado na Universidade. Não se pode prescindir de suporte de engenharia de rede com alta capacidade técnica e a administração desse processo de comunicabilidade deverá ser institucionalizada. Ou seja, quando ocorrer um problema não se trata de um problema da DINFO, porém um problema da UERJ.

Hoje nos comunicamos com a World Wide Web através da Rede Rio. Trata-se de um órgão da FAPERJ responsável pela operação e manutenção da rede, que liga os principais centros de pesquisa, órgãos públicos e universidades do estado do Rio aos enlaces locais, nacionais e internacionais. A Rede Rio oferece aos seus clientes, canais de comunicação de capacidade de transmissão variada: de 64Kb a 1Gb/s. Por sua vez, os clientes organizam suas redes locais ou remotas, para se conectarem a um dos nós da Rede Rio. A UERJ e o PRODERJ se comunicam com a Rede Rio por uma banda de 34 Mb/s, inferior à banda do IME, de 100Mb. A título de exemplo de demanda a UFRJ abriga dois dos cinco nós do anel de um Gb (UFRJ – Cidade Universitária, e CBPF – Campus da Praia Vermelha) e a topologia e manutenção da nossa rede, por exemplo, o HUPE e o IBRAG compartilham uma conexão de 2Mb com o Pavilhão João Lira. É evidente que com tal capacidade de comunicação ao anel torna-se impossível de operar nas demandas atuais das redes. A situação tem ampla repercussão na atividade de pesquisa e ensino. Por exemplo, neste ano estarão disponibilizados drives que operacionam na dimensão de terabytes. Um terabyte equivale a um milhão de bytes. Por exemplo, toda a coleção de arte da Biblioteca do Congresso Americano (conhecida por sua magnitude e qualidade) pode ser armazenada em 10 terabytes. Uma conferência de uma hora ocupa um gigabyte do computador, ou seja, em qualquer computador pessoal será possível armazenar 1000 conferências. O National Institutes of Health (NIH) disponibiliza suas conferências para todo o mundo. Já se encontram disponíveis neste site 3740 conferências. A importância de tal disponibilidade se dá, por exemplo, na observação do fato de que as maiores partes dos nóbéis em medicina fazem as suas conferências no NIH e tem suas conferências disponíveis. A conferência é disponibilizada em sua totalidade uma hora após a

sua realização (tente acessar da UERJ e de casa <http://www.videocast.nih.gov>). Só por curiosidade um terabyte significa a quantidade de papel produzida por 50.000 árvores.

Ainda em relação ao meio interno é imprescindível o entendimento do cidadão universitário em sua totalidade, cabendo a Instituição:

a) Assumir como atividade própria da Instituição as condições básicas de saúde física e mental da população universitária. Ou seja:

a.1. Segurança física (formação de perímetros de segurança);

a.2. Segurança alimentar (o restaurante universitário é prioritário na ação universitária) .

a.3. Esporte;

a.4. Assistência médico-psicológica e odontológica através dos sistemas de saúde próprios da universidade;

e.5. Lazer e cultura;

Em relação à reforma administrativa são pontos fundamentais:

Adequar a administração às demandas fins da Universidade e não o contrário, desta forma:

.

a) Ampla descentralização e co-responsabilização administrativa;

b) Profissionalização dos sistemas administrativos, com ocupação técnica de cargos administrativos e total rejeição à ocupação política dos mesmos. Será observada a sistemática de administração de recursos humanos com o auxílio de fonte crítica externa. Avaliações específicas e de inter-relação de subsistemas, tais como, provisão, aplicação, manutenção, desenvolvimento e controle de recursos humanos. Os sistemas administrativos estarão submetidos às constantes processos de avaliação e aperfeiçoamento segundo metas projetadas. A descentralização da administração central permitirá o remanejamento de quadros e tecnologias de sistemas administrativos para setores não assistidos e que desenvolvem atividades fins, tais como, ensino de

graduação, pós-graduação, diretoria de informação e tecnologias de captação financeira (a ser criada) e outros;

c) Os sistemas administrativos da universidade terão ligações diretas com os Institutos geradores de conhecimento das áreas relacionadas com o processo administrativo, assim como, com áreas dependentes de novos sistemas.

O sistema administrativo deverá ter como meta sua capacidade de rápida adaptação a novas demandas. O sistema procurará ser induzível e não indutor;

d) O setor técnico administrativo será apoiado a desenvolver treinamento e aperfeiçoamento profissional na Instituição e externo na mesma forma como ocorre com o corpo docente;

e) No ambiente interno será apoiada à participação do setor técnico-administrativo em qualquer atividade acadêmica desvinculada de diplomação que corresponda a interesses de conhecimento técnico e cultura. Os trabalhadores técnicos administrativos poderão utilizar até X% do tempo regulamentar para tais atividades;

É de fundamental importância para o funcionamento administrativo o convívio interativo com diferentes regimes jurídicos.

As discussões e deliberações devem ter como direção a sugestão de “Lei Orgânica da Universidade” a ser discutida com o Governo do Estado.

#### Bibliografia principal:

- \_Emmanuel Kant, *Fundamentação da metafísica dos costumes*, <http://www.consciencia.org/kantfundamentacao.shtml>
- \_Jürgen Habermas, *Teoria y Praxis*, Taurus, 1987;
- \_Francisco Naishtat, *Autonomia Acadêmica y Pertinencia Social de la Universidad Pública: Una Mirada desde la Filosofía Política*; <http://www.bu.edu/>
- \_Rodrigo Arocena y Judith Sutz, *La Universidad Latinoamericana del Futuro Tendencias - Escenarios – Alternativas*, <http://www.oei.es/salactsi/sutzarocena08.htm>;
- \_José Maurício Domínguez, *Interpretando a modernidade. Imaginário e Limitações*, FGV, 2007.

Anexo: a malha

